



# **APONTAMENTOS**

- HISTÓRIA MODERNA (SÉC. XV-XVI) -

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**  
DOCENTE: ANA ISABEL BUESCU | 2019

HÉLIO SANTOS (58351)

## OS FUNDAMENTOS DO MUNDO MODERNO (SÉC. XV-XVI)

### A transição para a Idade Moderna:

O nascimento da Idade Moderna tem uma forte relação com o ocaso da Idade Média. Apesar de tudo é necessário compreender que as alterações se dão de forma gradual e progressiva. Há mutações e ruturas, mas também há permanências. E. Labrousse referiu a História não evolui de uma forma abrupta: o económico é o aspeto que mais depressa se altera. As estruturas sociais alteram-se mais lentamente do que as económicas. Mas ainda assim aquilo que mais tempo demora a transformar-se são as mentalidades. É neste jogo de ritmos de passagem do tempo que necessitamos de compreender a história.

Os séculos XV e XVI são caracterizados por grandes monarquias que, num processo lento, vão ascendendo e caminhando para uma centralização do poder (e mais tarde provocam o nascimento das Monarquias Absolutas nos séculos XVII e XVIII). Para além da emergência de um regime político monárquico centrado na figura régia, assiste-se à ascendência das Nações.

### O apogeu da Idade Média (maturidade medieval):

Os alvares do mundo moderno enraízam no ocaso da Idade Média, um período cristalizado no imaginário histórico dos contemporâneos com um tempo de crise a todos os níveis. Contudo, a esse tempo de crise precederam-se anos de grande apogeu e maturidade em vários sentidos (sobretudo nos séculos XII e XIII):

- Um novo rosto do mundo rural: delineiam-se aperfeiçoamentos das técnicas agrícolas, verificando-se um aumento da produtividade (grão) e das áreas cultivadas o que permitiu, por seu turno, o crescimento e expansão demográfica.
- O renascimento urbano e a dinâmica das cidades.
- O nascimento do intelectual (Le Goff).
- O impulso das escolas urbanas.
- O séc. XIII, tempo das catedrais e das universidades: produto da prosperidade da civilização europeia.
- A “revolução mendicante” (S. Francisco e S. Domingos) e os caminhos de uma nova espiritualidade.

## O OCASO DA IDADE MÉDIA: UM TEMPO DE CRISES

Os três séculos que compõe a **Modernidade** são séculos de passagem progressiva - da forma de sentir e de pensar, do **ocaso do sistema feudal**, entrecortada por momentos de crise, para outras formas que nos são mais próximas, ou seja, quer no que respeita à vida económica, aos fundamentos das relações sociais, à arte e à estética, ao papel dos poderes do estado. É toda esta mescla que está em mudança. Estão em marcha **mutações profundíssimas**, até na forma do indivíduo estar em sociedade. A velha imagem do Renascimento como um período de renovação é um facto.

Depois de um período de inegável apogeu, abate-se sobre a Europa um período de grandes perturbações que culminará na **grande crise do séc. XIV**, e acentuar-se-á com a **peste negra**. A peste precipita o fim da medievalidade. O próprio crescimento sustentado, mas expressivo da população, irá contribuir para o cansaço da terra. No início do século XIV a terra começa a não conseguir acompanhar o crescimento demográfico. Os períodos de carência culminam na designada Fome Europeia (European Famine) ou Carestia. Apesar desta crise, a população continua a aumentar (veja-se a tabela fornecida pela docente, que mostra que em 1300 a população rondava os 73 milhões e em 1340 a população rondava os 86 milhões).

São momentos de profundíssima crise que atingira mais ou menos profundamente todas as regiões da Europa, uma crise global que vai acarretar o **declínio da civilização feudal** e abarcará todos os planos da atividade humana. Numa sociedade absolutamente **dependente dos ritmos e caprichos da natureza**, com um equilíbrio frágil, o grande crescimento demográfico do século XIV trouxe, sobretudo entre 1313 e 1317, uma

**profunda realidade depressiva em termos alimentares, menores colheitas e menor produtividade.** Isto irá culminar na grande fome europeia, à qual se juntará as grandes epidemias, que cooperaram para a precipitação o colapso da civilização feudal.

A **peste (1348)** tem uma natureza distinta das restantes epidemias, como a tifo e a cólera. O último grande episódio de peste bubónica deu-se no séc. VI e varreu por completo o Império Romano. Tendo origem na China, em 1333, o surto de peste fustigou fortemente este território, levando a uma grande quebra demográfica. A epidemia propagou-se paulatinamente por uma rota terrestre, a Rota da Seda, e por uma rota marítima, transpondo qualquer dimensão ou categoria social, dimensão ética ou moralizante – **castigou pobres, ricos, pecadores e virtuosos.** Na **Europa, as zonas de maior incidência correspondem às rotas mediterrâneas.** As zonas praticamente poupadas à peste, correspondem a zonas montanhosas.

Numa sociedade profundamente desigual, a morte a todos colhe. A **fragilidade dos saberes médicos** cooperaram para a proliferação das epidemias e das doenças.

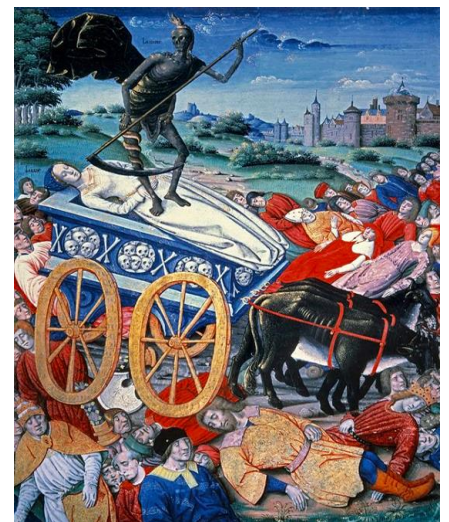
Consequências da Peste Negra (*Lições de História da Idade Média*, p. 213):

- Consequências religiosas - perde-se alguma confiança na Igreja, nascem movimentos de feitiçaria, reforçam-se as confrarias, crescem devoções a santos protetores, nascimento das ordens de flagelantes.
- Consequências económicas - redução da mão de obra e do espaço cultivado, aumento dos salários, oscilação acentuada de preços...
- Consequências sociais - nascimento de associações de penitência; Pogroms – os judeus são acusados de terem envenenado os poços, ou seja, é-lhes imputada a responsabilidade pela epidemia.
- Consequências culturais - alterações nas temáticas da arte.
- Consequências demográficas - grande quebra populacional, numa época em que existe uma profunda vinculação entre população e prosperidade económica.

*Ars moriendi*: correspondem a uma série de livros que preparam o cristão para “uma boa morte”. A sua popularidade aumenta nestes tempos de crise, comprovando as implicações mentais que a peste acarreta.

Petrarca, numa iluminura do manuscrito *O triunfo da morte*, ilustra bem o castigo da população de uma cidade, totalmente dizimada. A “grande ceifeira” aparece coroada de forma triunfante (em cima de uma carruagem, puxada por dois bodes, figuras para-diabólicas). O símbolo da corrosão está presente na serpente, no corpo da morte. Apesar de ser uma sociedade extremamente desigual, a morte colhe todos (reis, nobreza e clero vs. povo; pecadores e virtuosos). Quer isto dizer que a morte é cega. Numa sociedade fundamentada pela desigualdade existe uma certa igualdade na morte.

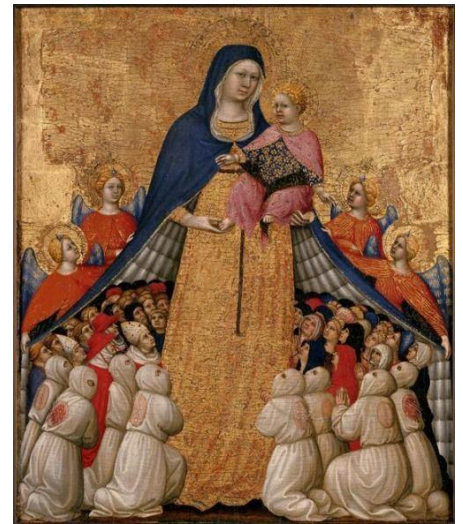
Estamos perante um cenário caótico devastado pela morte. Puxada numa carruagem vai Laura, a grande paixão platónica de Petrarca. O seu vestido é branco, representando a pureza. Ou seja, está novamente patente a ideia de que a morte colhe, quer pecadores, quer virtuosos.



Numa sociedade profundamente crente e ancorada na religiosidade, a peste poderá ser entendida como um castigo divino. A posição do homem perante o sagrado à época adquire uma dupla conotação - o sentimento religioso do medo do Deus justiceiro e o do Cristo sofredor. Assim como se **multiplicam as ordens flagelantes** no séc. XIV, também se desenvolvem **mecanismos de proteção e de refúgio do povo pecador arrependido** (difusão do culto da Virgem da Misericórdia: a imagem da Virgem que todos acolhe sob o seu manto).



**Procissão de flagelantes (séc. XIV)** - A peste como castigo Divino



**Pietro Domenenico da Montepulciani, Nossa Senhora da Misericórdia (séc. XV)**

Os flagelantes vestem-se de acordo com a sua ordem. Os seus membros defendiam que a prática da flagelação lhes permitiria expiar os seus pecados. Esta prática seria suficiente para que um fiel pudesse atingir o Paraíso, e os ritos da Igreja não seriam então necessários, sendo esta a principal razão para a Igreja não tolerar estas práticas. Tentavam aplacar a fúria e o castigo divino. Nesta época há um grande medo do deus justiceiro, do Deus que castiga.

Só na segunda metade do séc. XVI se consegue atingir o mesmo número demográfico anterior à peste negra. De entre as **principais consequências da peste no Ocidente**, destacam-se:

- campos despovoados e incultos;
- colheiras deficitárias;
- desertificação;
- decadência das feiras;
- crise da indústria de panos de Flandres;
- mutações monetárias;
- vilas e aldeias abandonadas;
- rude golpe na vida urbana (as cidades são também muito atingidas: na Itália, França e Flandres há cidades que veem desaparecer 50% a 70% da sua população);
- colapso demográfico, económico e social;
- Europa mergulha numa depressão estrutural que se prolonga até meados do século XV.

Para além da peste bubónica, outros eventos como a Guerra dos Cem Anos (c. 1330/35-1453), um conflito armado feudal, e a Crise na Cristandade, contribuíram para este ocaso da Idade Média.

**Cristandade em Crise:** A Igreja não escapa à crise global

- O exílio em Avinhão (Sul de França, 1309-76). O papado abandona Roma a mando do Rei de França, o que patenteia uma grande perda do poder religioso.
- O fim da teocracia papal e o avanço do nacionalismo religioso (a par da afirmação das monarquias) – O movimento de centralização papal da reforma gregoriana, conhece o seu fim, uma vez que o poder dos reis está a emergir (emerge o sonho do poder secular dos reis).

- O grande Cisma do Ocidente (1378- 1417): Bicefalia e até tricefalia da Igreja, antes da coroação de Martinho V (p. 1417-31) como único papa. O papa tinha acabado de regressar a Roma e, de repente, estamos com dois papas. Isto demonstra que o período final da idade média traz consigo uma grande instabilidade para a igreja.
- O aparecimento de heresias “pré-reformistas” John Wicliff (1330- 1384) e Jan Huss (1369- 1415). “A doutrina de Wyclif e Hus prepararia o terreno para o surgimento do Luteranismo um século mais tarde” (p. 115, História Concisa da Europa).

### *SÍNTESE* - O ocaso da civilização feudal:

- nas relações sociais - desaparecimento progressivo da servidão da Gleba, reaparecendo, contudo, na «Europa das margens»; processo de consolidação e ascensão das burguesias.
- alterações no plano político – ocaso/declínio das hierarquias feudais, que não desaparecem totalmente (continuam a haver feudos); ascensão dos nacionalismos/das nações e afirmação das monarquias; afirmação dos príncipes (como detentor do poder).
- no plano religioso e institucional – Cisma; heresias; crise do Papado.

## A EUROPA NOS SÉC. XV E XVI: DEMOGRAFIA, ECONOMIA E SOCIEDADE

### Luzes e sombras: um mundo que começa – o Renascimento em Itália:

Num mundo em desagregação, Itália tentará encontrar novos modelos – um olhar para a antiguidade que devemos a **Francesco Petrarca**, “pai” do humanismo renascentista, que viveu em pleno séc. XIV. Começa por germinar no mundo das letras, propagando-se para todos os outros campos, nomeadamente para as artes.

Recuperação da lição antiga. Só podemos compreender a magnificência do Renascimento se compreendermos o seu contexto. Ora, Itália nunca perdeu verdadeiramente a ligação com a antiguidade, apresentando, desta forma, um contexto favorável.

**O reencontro com a Antiguidade** - os modelos de uma cultura nova:

- O fascínio pela **proporção** e pela **beleza física**, sem pecado: por exemplo, através da obra de Sandro Botticelli, *O Nascimento de Vénus*, que rompe com a imagem da mulher bela associada ao pecado, retratando assim a transcendência da sua própria beleza, esta associada ao **erotismo**;
  - A beleza como reflexo do divino (neoplatonismo): recuperação do intelectual de Platão, destacando-se a o mito da caverna de Platão;
  - A justa **proporção** e a **harmonia** da tradição clássica, relacionada com a racionalização matemática;
  - A **perfeição** das formas e a irrupção do **nu** no ato ocidental;
  - O **retrato**, metáfora da afirmação do indivíduo no Renascimento: em contrário à tradição do retrato de perfil, afirma-se na cultura renascentista os retratos frontais. Estes retratos, com nome ou de indivíduos desconhecidos, seriam uma representação simbólica.
- a) Estátua Equestre do imperador Marco Aurélio (séc. II a.C.) e Estátua Equestre de Donatello (séc. XV).
  - b) A Vénus de Médici (séc. I) e a Vénus de Botticelli (séc. XV): reconhecemos em Botticelli este modelo físico da Vénus de Médici.
  - c) Botticelli, *A Primavera*, 1478 – nova gramática estética que germina na Itália.

No tempo de Botticelli, o gótico ainda era predominante no resto da Europa. Mas se observarmos o quadro com atenção reparamos que já existe um grande rigor e uma grande inovação técnica, demonstrando que as inovações começaram muito antes, ainda no século XIV. Recuperam-se as imagens, os temas, a mitologia pagã, a nudez sem pecado, a proporção e realismo, a harmonia...é toda uma nova gramática estética.

### **A queda do mundo feudal:**

É necessário questionar as razões de queda ou decadência do Mundo Feudal. Em primeiro lugar não devemos esquecer-nos do frágil equilíbrio económico. O esgotamento das terras leva a uma diminuição da produtividade, que aumenta se tivermos em conta a quebra demográfica resultante desse mesmo equilíbrio frágil. Assim, de um modo geral, verificamos uma quebra da produtividade. Por outro lado, é necessário ter presente que o número de servos começa a reduzir progressivamente. Desta forma, o senhor necessita de “comprar” mão-de-obra, cujos salários sobem em função da quebra demográfica. Os senhores tentam valer-se do seu poder e ordenar reduções salariais, mas sem resultado. Ao mesmo tempo, o senhor não quer investir nas terras. Vendo os seus rendimentos reduzirem, os senhores tentam lançar uma série de tributos e tributações, que são fortemente rejeitadas pelos camponeses, desembocando em várias revoltas contra a tentativa de afirmação do poder senhorial.

Em alguns países a burguesia citadina começa a ter interesse no campo e no investimento da agricultura, potenciando um novo tipo de proprietário, que emergirá com mais força na época Moderna. Desta forma, o senhor enfrenta uma “crise dupla”: enquanto produtor e detentor do poder. Simultaneamente alguns camponeses afirmam-se em termos económicos, em resultado deste enfraquecimento senhorial.

Ao mesmo tempo, as monarquias vão progressivamente afirmando o seu poder perante os regimes feudais, ainda durante a idade média, nomeadamente através das instituições representativas, que são a grande novidade do século XIV. Por outro lado, os reis rodeiam-se já não apenas de grandes senhores e eclesiásticos, mas também de um grupo de administradores, sobretudo juristas que receberam formação universitária. Desta forma, observamos uma “ampliação da sociedade política que já não se limita à aristocracia da terra e ao Alto Clero”.

O progressivo reforço do Estado favorece, desta forma, a paulatina ascensão do sentimento nacional, ainda que o termo “nação” varie. O sentimento nacional consolida-se em torno do poder real e de uma administração centralizada. Nota-se, portanto, uma clara oposição ao sistema feudal. A ideia de sentimento Nacional ganha força, explode no início da Idade Moderna. Apesar de tudo, certas formas de poder feudal permanecem até ao século XVIII, comprovando que as transformações são, de facto, bastante lentas.

### **Depois da crise, um mundo em expansão:**

O primeiro fator de expansão, que é verdadeiramente crucial e que a todos condiciona, é aquilo que Fernand Braudel chamou de «**a massa dos homens**», a demografia e o crescimento da população (c. 1450-1650). Note-se que só no início do séc. XVI, os números da população atingiram os valores anteriores à peste, num mundo este que é alheio à máquina (grande massa na França, Itália, Império Turco e Sacro-Império). Este **crescimento sustentado da população** vai prender-se com duas realidades: o **crescimento das cidades** e o **desenvolvimento agrícola**.

Neste quadro de crescimento demográfico, as cidades crescem, numa primeira instância e durante o séc. XV, devido, e quase em exclusivo, ao **êxodo dos campos**. A partir de finais do séc. XV, inicia-se lentamente a **formação de novos tecidos demográficos** no interior das próprias cidades, continuando a receber população rural. Dentro das principais razões para essa constituição de tecidos demográficos está a **melhoria geral do nível de vida das populações**, a melhoria das **condições higiénicas e sanitárias** (animais na rua, sepulturas), **melhoria e difusão de sistemas de abastecimento de água** e **abandono progressivo das construções em madeira**. A vida urbana passará por uma grande transformação: construção de edifícios, com todas as atividades e ofícios associados, só é possível numa sociedade em retoma económica. Apesar de as cidades crescerem e de observarmos uma melhoria nas condições de vida, de forma geral, é necessário ter presente de que a “extensão das cidades é limitada por dificuldade de abastecimento” (Corvisier). Assim, a relação de complementaridade entre cidade e campo não pode ser nunca descurada.



Há uma **paralela evolução agrária**, onde, lentamente, os campos ganham nova prosperidade. Este grande movimento da agricultura europeia mostra-se desde logo pelo **aumento da produção**, nomeadamente dos cereais, através do **recultivo** de boa parte das terras abandonadas nos séculos XIV e XV, do cultivo de **novas terras**, novos arroteamentos e da intensificação da **produtividade**. A verdadeira inovação no que diz respeito à agricultura, numa sociedade alheia à máquina, é precisamente o **investimento de capitais** à escala europeia, que permitirá este impulso agrário. Tudo isto nos permite perceber que estamos perante uma economia em expansão, mas também em mutação. No entanto, é importante referir que estamos perante uma economia dos séculos XV e XVI que é ainda uma **economia de Antigo-Regime**, com as suas condicionantes, pois é anterior à Revolução Francesa e Revolução Industrial.

Esta economia caracteriza-se por **traços que permanecem**, como o predomínio esmagador (ainda no séc. XVI) de uma produção para a subsistência (os horizontes da economia são ainda estreitos - irão alterar-se com a aventura marítima dos povos ibéricos); fraqueza geral e medíocre capacidade dos meios de troca; carácter predominantemente regional dos circuitos económicos (mas existem circuitos amplos); fraca produtividade; e a extrema sensibilidade às variações de conjuntura. A vida económica é também marcada por **novos traços que estão em marcha**: uma nova mentalidade que legitima o lucro (negação do cristianismo); um alargamento sensível e progressivo do horizonte geográfico de produtores e de mercadores, e, portanto, da circulação económica; uma difusão da economia monetária em todos os setores de atividade; e a criação de novas relações de produção que anunciam a supremacia das manufaturas e do capital.

Numa economia que se relança, também a indústria e o comércio recebem nova dinâmica. As grandes rotas comerciais multiplicam-se, tanto a nível terrestre como marítimo. Muitas das grandes feiras medievais são recuperadas e surgem ainda novas feiras. Vendem-se tecidos e vários objetos, a troco de moeda. É, portanto, uma economia que está se reanima e que está em mutação. As rotas comerciais têm uma grande importância nesta Europa do século XV, mas ainda é uma troca eurocêntrica. Neste sentido, a Expansão marítima revelará uma grande importância e propiciará a eloquência da Idade Moderna, e que levará paulatinamente à formação de um conceito operatório: o de economia-mundo. (Braudel: Vitorino Magalhães Godinho).

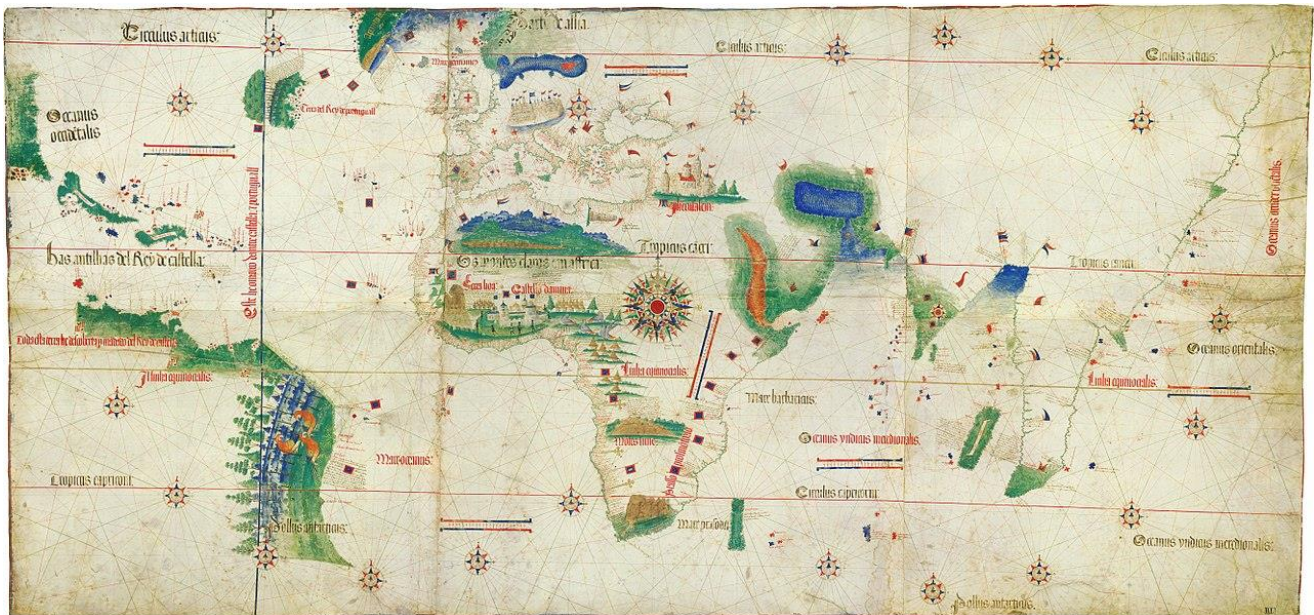
## A expansão europeia e a descompartimentação do mundo:

“Os Descobrimentos são algo bem mais profundo que uma sucessão cronológica de descobertas e conquistas. O essencial da sua importância reside no facto de estabelecerem, pela primeira vez, um sistema permanente e global de comunicação entre as diferentes sociedades, de gerarem uma estrutura de trocas materiais e espirituais entre as diversas civilizações, fazendo assim emergir a realidade e ideia de Humanidade, isto é, de homem plural/global com uma unidade/identidade no para além de toda a diversidade.”

“Os Descobrimentos estabelecem pela primeira vez um sistema permanente e global da comunicação entre as diferentes sociedades – a todos os níveis.”

Luís Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e a ordem do Saber – uma análise sociocultural*

- Falamos assim da expansão marítima e da construção dos Impérios Ibéricos: Portugal no século XVI inicia a construção de um império à escala global, o que conduz à economia-mundo.



Planisfério dito de Cantino (1502), obtido clandestinamente em Lisboa por Alberto Cantino, ao serviço do duque de Ferrara. Nele se encontra a 1ª representação do Brasil

**Lisboa no séc. XVI, uma cidade cosmopolita e aberta ao mundo** - a caminho de uma *economia-mundo*: Lisboa moderna foi caracterizada pelo seu cosmopolitismo e pelo protagonismo marítimo e fluvial do rio Tejo; o lugar de poder que reflete os dinamismos da cidade, da Lisboa do Paço Medieval à Lisboa mercadora – com D. Manuel o lugar de poder desce do Paço da Alcáçova (o futuro D. João III, em 1502, foi o último rei a nascer lá) para o Paço da Ribeira. Os passos régios ficariam no piso superior e o piso térreo acolhia a casa da Índia. Damião de Góis afirma-se como o mais cosmopolita humanista português, que concede diversos relatos desta Lisboa na modernidade.

“Lisboa «rede das suas conquistas das Índias, do Brasil, da costa da Etiópia que contém a mina de onde vem o ouro [...] de S. Tomé, de onde vem grande quantidade de escravos e açúcares, de Cabo Verde de onde também vêm os açúcares e escravos [...]. Recebe ainda a malagueta da Mina, que é uma espécie de pimenta, coisa forte [...]».”

“E parece-me que habitam [Lisboa] tantos Mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros fiéis”.

*Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke, 1514, ed. 2014.*

## Antuérpia: no coração mercantil da Europa no século XVI

Os países-Baixos são, com algumas regiões italianas, a zona mais urbanizada da Europa. Têm pelo menos 20 cidades com mais de 10000 habitantes, e uma rede urbana onde vive mais de 40% da população. Nas dinâmicas mercantis, Antuérpia vai tomando o lugar de Bruges. A partir de 1499, a feitoria portuguesa da Flandres passa de Bruges para Antuérpia [Damião de Góis, “*curiosa mistura de humanismo e negócio, latim e açúcar*”, António José Saraiva]. As primeiras especiarias provenientes de Portugal chegam à cidade em 1501. De 1503 é o contrato de Portugal com os Welser, que acentua Antuérpia como o entreposto por excelência das especiarias asiáticas, mas também do açúcar das ilhas atlânticas ou do sal de Setúbal, para a conserva.

Os produtos asiáticos e da América viajam de Lisboa, Cádiz ou Sevilha para Antuérpia. De 1520 a 1540, Antuérpia é a capital mercantil e financeira da Europa, superando até as cidades italianas. Tal posto advém da sua situação geográfica central, que funciona como placa giratória que coopera para o dinamismo mercantil da Europa depois da crise. Antuérpia torna-se, na 1ª metade de Quinhentos, **o principal centro financeiro europeu**. A **Bolsa de Antuérpia**, contruída em 1531, com os seus 5000 acionistas, é o **coração emergente do capitalismo europeu**. Aqui chegam as especiarias asiáticas; entre 1460 e 1500, 70% das exportações britânicas de têxteis têm Antuérpia como destino; os comerciantes alemães que aí compram os têxteis trazem sedas de Itália, metais preciosos, artigos metálicos de Nuremberga. A grande expansão da prata e do obre alemães dá-se entre 1460 e 1520 – e Antuérpia domina o mercado dos minérios alemães.

Herdando as formas de **crédito** e as técnicas do mercado de capitais de Veneza e de Florença, em que avulta a utilização da **letra de câmbio** (instrumento de crédito e de pagamento, bem como o **seguro**, inventado em Itália, Antuérpia dá-lhes uma escala jamais atingida, já não apenas utilizada pelos grandes mercadores. Proliferam sociedades comerciais por ações, com investimentos também na agricultura e nas manufaturas.

### Uma nova mentalidade no quadro do capitalismo emergente

A revolução mercantil traz também a formação de uma **nova mentalidade dos homens de negócios**, no quadro do capitalismo emergente: **de um tempo da Igreja para o tempo do mercador** (Jacques Le Goff): um sentido laico do tempo, a precisão – os relógios; a afirmação de uma forte burguesia mercantil; o individualismo da idade capitalista em contraste com o espírito corporativo e comunitário medieval, e dos próprios elos feudais. Braudel sublinha a oposição entre a “*mentalidade de entesouramento*”, a “*paixão dos metais preciosos*”, dos objetos que se legam, que se transmitem, e a “*paixão capitalista*” do metal amoadado, que circula, que se investe.

A ascensão do **individualismo**: a afirmação do retrato laico. Já não são apenas os reis ou elementos do Alto Clero que se fazem representar. A burguesia e a classe dos mercadores têm agora posses suficiente para se fazer representar.

### Representações da ordem social

- Num mundo que muda, mantém-se o prestígio ideológico do modelo trifuncional (*oratores, bellatores, laboratores*) (Georges Duby). Sociedade tradicional europeia hierarquizada, fundada na desigualdade.
- Um novo estado afirma-se: Já na primeira metade do séc. XV, o rei D. Duarte constatava a existência de um estado constituído pelos que “*usam algumas artes aprovadas e mesteres, como físicos, celorgiões, mareantes, tangedores, armeiros, ourivezes e assim de outros que são por tantas maneiras que nom se poderiam brevemente recontar*” (Cit. Por Jorge Borges de Macedo, “Burguesia”, in *Dicionário de História de Portugal*).
- Neste mundo que muda, há também testemunhos que nos chegam que revelam a perturbação e crítica social: “*Não me temo de Castela/ Donde guerra inda não soa/ Mas temo-me de Lisboa, / Que ao cheiro desta canela, / O reino nos despovoa*”. (Francisco de Sá Miranda [1481? – 1558, introdutor do humanismo literário em Portugal], *Carta a António Pereira, senhor de Basto*).

- Também Camões refletiu sobre este tempo de mudança: “*um mundo composto de mudança*”.
- Numa sociedade fundada na desigualdade, nasce-se nobre, nasce-se vilão. A mobilidade social está cada vez mais intensa, sendo “*provavelmente o fator mais decisivo do progresso na Europa Ocidental*” (Michel Morineau). É um tempo de mudança, que movimenta as categorias sociais, mas apesar de tudo, a mobilidade social é muito reduzida. Começa a existir a discussão, especialmente entre juristas, de “quem é nobre?” – esta discussão só ganha relevo porque estamos numa sociedade em mudança. Não há homogeneidade das categorias sociais (devemos falar em nobrezas e não em nobreza). A mobilidade começa a ser mais comum do que na Idade Média.
- O poder ideológico do sangue.

### **Uma sociedade em mutação – SÍNTESE**

#### **UMA CRISE GLOBAL: O MUNDO MODERNO NASCE SOB O SIGNO DA CRISE**

- A Peste Negra e as suas consequências demográficas, económicas e sociais;
- O abandono dos campos e o colapso da agricultura; a decadência da vida urbana;
- O ocaso do sistema feudal; a afirmação das nações e a construção do Estado Moderno e dos mecanismos (políticos, militares, jurisdicionais e administrativos) da sua futura supremacia;
- Uma guerra longa (dos 100 Anos, c. 1335/7 – 1453), que prepara e configura os nacionalismos;
- A crise da Igreja (Exílio em Avignon, 1309 – 1376, Grande Cisma do Ocidente, 1378-1417), e das crenças (heresias Wicliff e Huss);
- Um mundo em retoma e em expansão, a partir das primeiras décadas do séc. XV;
- Um novo rosto da agricultura;
- O renascimento da vida urbana e a afirmação da burguesia;
- A afirmação de uma economia pré-capitalista;
- A emergência de uma cultura nova (Humanismo e Renascimento);
- A abertura e a descompartimentação do mundo com o início da expansão europeia;
- Uma sociedade em profunda mudança, mas fundada na desigualdade.

#### **A dimensão política: entre o medieval e o moderno**

Vamos encontrar novas realidades a nível de organização do poder, sendo que a época moderna se caracteriza pela ascensão das monarquias e decadência do sistema feudal. A génese do sentimento nacional encontra-se na Idade Média e vai ganhar força na idade moderna. A afirmação do Estado Moderno é feita através do “braço de ferro” entre o Rei e a coroa e os grandes senhores, a igreja e até mesmo os poderes municipais.

De qualquer modo, na viragem para a época moderna vai-se dar a afirmação de duas noções, estranhas ao mundo feudal:

1. **A ideia de nação**, a génese do fundamento nacional (noção desconhecida do mundo feudal). A nação será progressivamente o principal mecanismo identitário e de pertença coletiva (Idade Média: Críandade): construção de fronteiras políticas que ultrapassam a lógica feudal que ecoam ao sentimento de pertença; os heróis (Joana d’Arc, o rosto da nação França); **a afirmação das línguas vernáculas** (a língua ao serviço do processo de **centralização política**); a articulação entre o sentimento nacional e sentimento linguístico.

Exemplo da importância da língua:

- Afonso X (1221-1284), rei de Leão e Castela, impõe o castelhano como língua de chancelaria;
- D. Dinis (1261-1325), em Portugal;
- Filipe o Belo (1268-1314), cartas régias em francês.

A emergência destas línguas nacionais vai também se encontrar ligadas à literatura:

- Dante Alighieri (1265-1321): *A Divina Comédia*, que afirma a língua toscana, juntamente com Francesco Petrarca, com Canzoniere;
- Jean de Meung (1240-1305): *Roman de La Rose*, uma das obras primas da literatura medieval europeia, escrita em francês;
- Chaucen (1340/5-1400): *Conterbury Tales*, em inglês;
- Fernão Lopes (1380-1460): *Crónicas de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando*, *Crónica de D. João I*, obras que promoveram a língua portuguesa, o esplendor nacional e a literatura ao serviço do poder.

A **valorização das línguas nacionais** na Época Moderna é progressiva, e instala-se numa zona de conflito com os renascentistas que desejam a recuperação das línguas clássicas – a indiscutível preeminência do Latim como língua veicular da cultura do Humanismo Renascentista não se pode fazer de vista a evolução, sem retorno, no sentido da ascensão das línguas vernáculas.

O aparecimento em Itália, Espanha, França, mas também em Portugal, das **primeiras gramáticas nacionais** vai **legitimar a afirmação das línguas vulgares** perante a supremacia das línguas antigas.

As primeiras gramáticas nacionais surgem apenas no século XVI:

- Gramática **italiana**, com Pietro Bembo e a obra *Prose della volgar lengua* (1525);
- Gramática **espanhola**, com Juan de Valdés e a obra *Dialogo della Lengua* (c.1535);
- Gramática **francesa**, com Joachim du Bellay e a obra *Défense et Illustration de la langue françoise* (1549);
- Gramática **portuguesa**, com João de Barros e a obra *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada em conjunto com o *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem* (1540).

Assim, a **valorização e dignificação das línguas vulgares**, a par da **recuperação do bom uso do latim**, são 2 traços fundamentais do Humanismo Renascentista e do mundo moderno.

## 2. O Reaparecimento da ideia de Estado

Apesar das suas raízes serem medievais, a ideia de Estado vai ser **redescoberta na Idade Moderna**, e vai-se encontrar ligada à noção *Res publica*, a “coisa pública” cuja finalidade é o bem comum. Este conceito de um **Estado abstrato**, que até do soberano se impunha, é estranho ao mundo feudal, uma vez que tinha desaparecido desde o fim do mundo romano.

Esta conjuntura culmina com a descoberta do **Direito Romano** pelos legistas nas universidades medievais nos séculos XII e XIII, legislação que afirmava a noção de **poder público**, onde o governante trabalhava para o bem comum – deste modo, se há um **bem comum**, o rei não é o senhor total do seu poder e não pode dispor dele como sendo património seu, mas antes património de todos, uma vez que os **poderes da coroa são inalienáveis**.

O **marco** é a **redescoberta da Política**, obra de **Aristóteles** (384-322 a.C.) onde o autor grego expõe **as teorias clássicas da forma de governo**, que retomadas por autores seguintes, se tornarão as ideias fundamentais das formas de governo atuais (**Monarquia, Aristocracia, Democracia, ...**)

Por outro lado, enquanto **Aristóteles** apresenta uma **visão mais realista e dinâmica das formas de governo**, reconhecendo também as suas **degenerações** (Tirania, Oligarquia, Oclocracia), outro autor clássico, **Platão**, tenta desenvolver na sua obra, também recuperada, a **constituição utópica**, a **forma de governo mais perfeita**, abrindo assim caminho para as Utopias.

O Estado Moderno da Europa vai-se formar em torno de uma das formas de governo evidenciadas na obra de Aristóteles – a Monarquia, que ao articular-se com a noção de *Res publica* cria reis com noção que os bens da coroa não lhes pertencem, pois estes são **meros depositários de poder**. Esta Monarquia vai, de igual forma, **valorizar a realeza e o poder monárquico concentrado num só indivíduo**.

O Estado monárquico vai proporcionar, progressivamente, **mecanismos ideológicos, políticos, iconográficos, administrativos e fiscais** – como a apropriação de território, configuração de um território nacional, de impostos, da organização de um exército, da criação de um grupo de funcionários –, **de forma a enraizar esta ideia de excelência real e centralização do poder**.

Posto isto, a realidade política encaminha-se para a **afirmação da realeza e da monarquia**, que, por conseguinte, conduz ao **fim da teocracia papal**, consolidado no confronto entre **Filipe, o Belo e Bonifácio VIII** no final da Idade Média – este que representa o **maior conflito político na época medieval entre o Papado e o Império**.

- **1302 – Bula Unam Sanctam:** o Papado manifesta o desejo de instituir a velha teocracia papal. No entanto, existem já monarquias a consolidar-se, com destaque para a forte nação de França, que acaba por responder a este desafio do Papa e lutar contra a sua supremacia.
- **1303 – prisão e morte do Papa:** este conflito culmina na prisão de Bonifácio VIII, a mando de Filipe o Belo.
- **1309-76 – exílio do papa em Avignon:** o poder supremo da Cristandade é assim humilhado, e o Papado abandona Roma às mãos do rei de França, instalando-se na província francesa de Avignon. É o fim do velho sonho da teocracia papal e o início da consolidação do poder dos reis.
- **1378-1417 – grande Cisma do Ocidente.**

*“O século XVI marca o fim desse período de transição, que começou no século XIII, e que viu nascer a nação de Estado, independente dos interesses do príncipe.*

*As coisas jogam-se (...) quando a ideia do príncipe que governa segundo os seus caprichos ou os seus interesses próprios é substituído por aquela [ideia] de uma ordem legal e constituída, separada da própria pessoa de soberano que a encarna e que tem por função defendê-la.*

*No início do século XVII, a “razão do Estado” está no pensamento e na pena de todos. O Estado, que ainda não é nacional, mas que não tardará a sê-lo, é decididamente uma criação da Europa do Renascimento.” Jean-Pierre Salmann,*

2003

## **SÍNTESE**

1. Ocaso da civilização feudal, também em termos políticos;
2. Confronto entre duas espadas: o fim do sonho da teocracia papal;
3. Afirmação do poder dos reis, sobrepondo-se ao Império;
4. Novos fatores de identidade coletiva – desenvolvimento e afirmação de duas noções/realidades estranhas ao mundo feudal: Configuração da ideia de nação - fronteiras políticas e apropriação de um território por parte das monarquias; a língua: sentimento nacional e sentimento linguístico; O reaparecimento do conceito de Estado – marco: redescoberta da política de Aristóteles.
5. Valorização progressiva, pela doutrina política de matriz aristotélica, das noções de realeza e monarquia, com a emergência de mecanismos simbólicos, ideológicos, iconográficos e de propaganda, e, portanto, do seu protagonista – o príncipe, detentor do poder;
6. Afirmação e desenvolvimento progressivo de mecanismos – políticos, fiscais, administrativos – de centralização do poder;
7. Estes progressos não permitem, no entanto, falar de um “Estado absoluto” no século XVI.

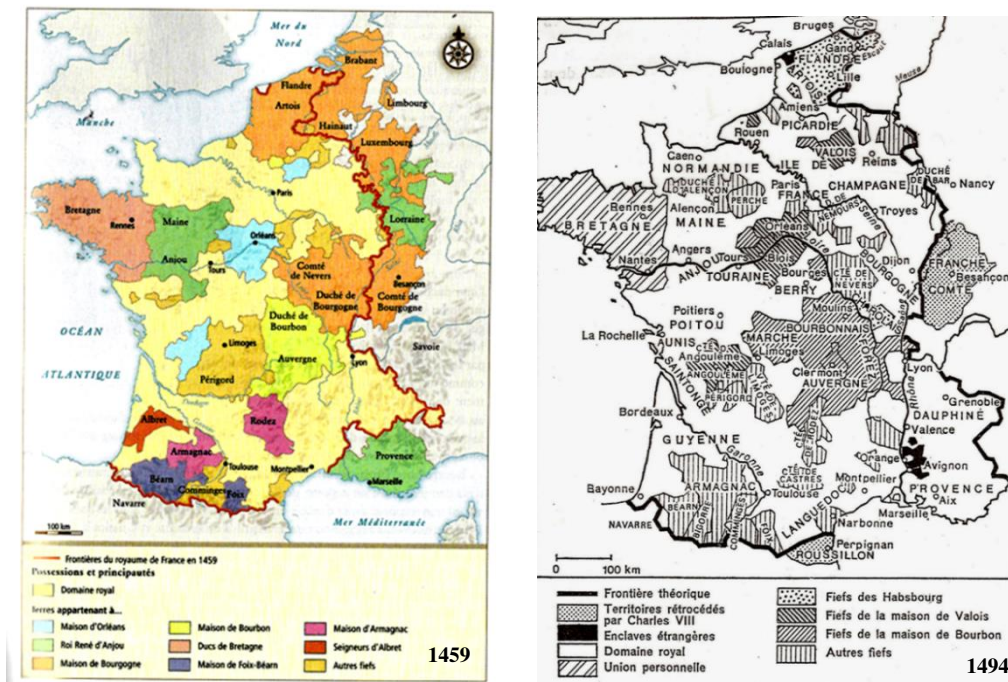
# AS GRANDES MONARQUIAS NO SÉC. XVI

## AFIRMAÇÃO DE UM NOVO ROSTO POLÍTICO NA EUROPA NO SÉCULO XVI

Na verdade, a Coroa não tem na época, nos vários reinos europeus, o monopólio de poder. Ela reafirma e acentua a sua preeminência, mas os poderes da Coroa vão concorrer com outros importantes poderes, dotados de uma esfera de jurisdição própria, com destaque para os **poderes da Igreja**, os **poderes senhoriais** e os **poderes municipais** – culmina-se um **conflito de poderes**, não permitindo a aplicação de poder homogêneo a todo o território nacional, tal como hoje o entendemos: **Rosto político heterogêneo da Europa do século XVI**

A Europa não é só a construção das **grandes monarquias da Idade Moderna** – França, Espanha, Inglaterra –, presenciamos, pois, **países divididos** – Itália, Alemanha –, uma **Europa das “margens”** – Polónia, Rússia, países escandinavos, grandes territórios que à época não estão ainda inseridas nas grandes dinâmicas económicas, culturais e comerciais que acontecem no Ocidente.

### • FRANÇA:



O início da consolidação das fronteiras de França dá-se desde 843, com o Tratado de Verdun – a França do século XVI é muito menos extensa relativamente à França atual. Aqui, temos o **domínio real e dos feudos** em expansão, poderes que vivem em simultâneo, **não permitindo a consolidação de um verdadeiro poder territorial**. Vamos assistir a zonas que, apesar de inseridas no mesmo contexto geográfico, não serão consideradas francesas, pois têm uma língua diferente: como se sucede com os territórios de Dauphiné, integrado em 1349, e a Provence, em 1381. As **estratégias de construção de território nacional** serão a conquista territorial e o avanço das tropas régias, as alianças matrimoniais e o regresso dos feudos ao domínio da Coroa, quando não têm descendência masculina. Nesta «manta de retalhos», neste rosto heterogêneo da França, salientam-se também zonas integradas no Sacro-império: Flandres, Artois e Charolais. Calais, situado no território geograficamente francês, é um enclave inglês (mantido até 1558).

**Ducado da Bretanha:** em 1491, a duquesa Ana de Bretanha casa com Carlos VIII de França, uma união pessoal que salvaguardou a autonomia do ducado da Bretanha. O sucessor de Carlos VIII, Luís XII, também se preocupará em manter este território sob o seu controlo, divorciando-se inclusive para celebrar matrimónio com a viúva de Carlos VIII em 1499, ao fortalecer os laços com o ducado. Contudo, só em 1532 a Bretanha se junta definitivamente ao domínio régio.



A **Guerra dos Cem Anos** (ecloidiu em c. 1330/35), que marcou profundamente a história da França, foi uma guerra feudal, mas que enunciou a modernidade. A Inglaterra, conquistada por Guilherme, o *Conquistador*, conduzirá ao progressivo controlo dos feudos franceses pelos ingleses. Para os Ingleses, a guerra contra a França é uma questão pessoal, dinástica e política: desde a **batalha de Hastings**, em **1066**, travada entre Guilherme II da Normandia e um exército inglês sob o rei anglo-saxão Haroldo II, e a consequente conquista normanda da Inglaterra, **o rei inglês é também um príncipe francês, falando a sua língua, reivindicando os territórios continentais dos seus antepassados, e pretende fazer valer os seus direitos sobre a Coroa francesa.** A nobreza inglesa não esquecer que, desde 1066, ela é em primeiro lugar uma nobreza normanda.

*“No king of England, if not king of France”* Shakespeare, *Henry V*, ato II, cena 2

O brasão Eduardo III apresenta a flor de Lis francesa, para além da tradicional heráldica inglesa.



- 1349: **Batalha de Crécy**, 1ª grande batalha da Guerra dos 100 Anos, com vitória inglesa.
- 1415: Desembarque inglês com o rei Henrique V. **Batalha de Azincourt** com vitória inglesa, facilitada pelo clima de guerra civil que, reinando Carlos VI, dilacera a família real francesa entre Armagnacs e Bourguignons. A cavalaria francesa é esmagada, numa hora, pelos arqueiros ingleses.

Atentando ao mapa do território francês em 1435, o que observamos é uma França exausta e dividida politicamente falando: a norte, os territórios são controlados pelos bourguignons, com auxílio dos ingleses, e o no sul, o território segue Carlos VII. Em 1429, dá-se a **sagração de Carlos VII como rei de toda a França.** Com o incitamento e a presença de Joana d’Arc, em destaque na cerimónia na catedral de Reims e empunhando o estandarte régio, Carlos VII é sagrado rei de França nesse mesmo ano de 1429. Retomando uma cerimónia velha de 4 séculos, a monarquia francesa reafirmava-se perante si própria.



**Joana d’Arc:** considerada a heroína da nação francesa, que luta pela sua pátria. Desde muito cedo, Jeanne é representada como chefe de guerra (iluminura da obra *Vie des femmes célèbres*, c. 1505, Antoine du Four). Entregue aos Ingleses pelos seus aliados Borguinhões, acusada de feitiçaria e de heresia, é sujeita a um processo sumário sendo queimada viva em Rouen, em 1431.

### A França nos finais do séc. XV

A França é, no final do séc. XV, o **reino mais poderoso da Cristandade**, com 15 milhões de habitantes, e, portanto, soldados e recursos fiscais correspondentes. Depois da Guerra dos 100 Anos, a França caminha para um inequívoco **fortalecimento do poder real**, abrindo caminho para o ainda longínquo futuro absolutismo régio (centralismo mais forte, tendendo para a realeza absoluta). Na verdade, o fim do conflito:

1. **liquidou as pretensões inglesas** sobre os territórios em França (exceção de Calais, até 1558);

2. os feudos do rei inglês em França passaram para o **domínio real francês**;
3. o longo conflito enfraqueceu a nobreza francesa;
4. favoreceu o aparecimento e o fortalecimento de algumas **instituições régias**;
5. construção de uma **identidade nacional** (Joana d'Arc).

### A França de Francisco I (séc. XVI)

(1494 – r. 1515-1547) Descendente do ramo secundogênito dos Valois, Francisco I é filho de Charles d'Orléans, conde de Angoulême e de Luísa de Saboia. Sucede a Luís XII, que morre sem descendência masculina. Enérgico e atlético, culto e amável, grande amante das mulheres, Francisco I ocupa um lugar singular no imaginário dos reis de França. Foi um rei cavaleiro, amante dos grandes espaços, da caça e da atividade militar. Numa obra de François Clouet, no Museu do Louvre, surge revestido de uma armadura de aparato, com espada à cinta e uma massa de armas na mão. A sumptuosidade da armadura e a riqueza dos arreios do cavalo sublinham o retrato do rei guerreiro.



Nesta transição, num mundo humanista que o rodeia, o rei é agora um rei mecenas, educado desde jovem pela mãe a apreciar a cultura antiga e a cultura do renascimento. Alguns artistas italianos foram chamados ao seu serviço: Benvenuto Cellini (ourives), Andrea del Sarto, Francesco Primaticcio; aquisição de obras, de artistas como Rafael, Miguel Ângelo e Tiziano. Os grandes artistas italianos entram assim nas coleções reais, formando a base do futuro Museu do Louvre.

Educado no culto do humanismo e da arte italianos, Francisco I teve um papel preponderante na afirmação em França da cultura renascentista, sempre na ótica de engrandecer o poder e a grandeza a França. Em 1516, depois de conquistado o ducado de Milão, Leonardo da Vinci responde ao convite de Francisco I e dirige-se para França. O monarca devotou-lhe um imenso culto, alojando-o no Castelo do Clos Lucé, onde ele próprio vivera parte da infância, a escassos 700 metros do castelo real de Amboise, no vale do Loire. Foi aqui que o grande artista italiano viveu os últimos três anos, dividindo o seu tempo entre a arte e a ciência. Trabalhava nos jardins e no seu atelier, rodeado de algumas das pinturas que fez questão de manter consigo até ao fim.

A articulação entre arquitetura e poder teve um grande protagonismo na época de Francisco I, destacando-se o projeto que a morte de Leonardo veio interromper - o palácio real de Romorantin.

### Francisco I, protetor das letras:

- 1518 – criação do Grand Cabinet des Livres, verdadeira biblioteca régia, continuamente enriquecida ao longo do seu reinado embrião da Bibliothèque Nationale de France.
- 1530 – por influência do grande humanista e seu bibliotecário Guillaume Budé, cria o Collège Royal, futuro Collège de France, para promover o estudo das humanidades e das ciências, retirando o monopólio à Universidade da Sorbonne, e disponibilizando o estudo de matérias novas. Contrata professores de grego e hebraico, latim, direito, matemática e medicina. A sua divisa era «*Docet omnia*».
- 1537 – numa época de grande atividade tipográfica, o rei ordena que nenhuma obra impressa possa ser vendida sem que numa cópia seja entregue ao Cabinet des Livres, decisão sem paralelo na Europa de então, e na génese do moderno depósito legal.



## Um rei arquiteto

Apaixonado pela arquitetura – uma das artes sempre mais valorizadas pelo poder. Francisco I lançou inúmeros projetos, alguns deles terminados já depois da sua morte; uns mantendo elementos tradicionais e acrescentado traça “à italiana”, outros construídos de raiz: Amboise, Blois, Fontainebleau, Saint-Germain-em-Laye, os famosos castelos do Loire, do qual o mais extraordinário é Chambord. O domínio de Chambord foi adquirido pelo seu antecessor.

Na segunda parte do seu reinado, a residência favorita de Francisco I foi Fontainebleau. Do velho castelo, apenas foi conservada a parte em que viveu o rei São Luís. Tudo o resto foi mandado construir por Francisco I. A chamada Galeria de Francisco I é uma obra-prima pautada pela gramática do Renascimento.

### O decreto de Villers-Cotterêts e os progressos da afirmação do Estado moderno

Entre 10 e 15 de agosto de **1539**, no castelo de Villers-Cotterêts, Francisco I assina um **decreto cuja importância vai ser decisiva na história política e cultural da França**. Preparado pelo chanceler Guillaume Poyet, membro do Conselho do rei, este texto com 192 artigos **reforma a jurisdição eclesiástica**, reduz certas prerrogativas das cidades e torna obrigatório o registo de batismo, que deve mencionar a data de nascimento e a filiação dos batizados. Nascia o estado civil francês.

Um reino, uma língua: o francês, língua do Estado:

Por outro lado, o artigo III ordena que todos os atos oficiais, para ser entendidos por todos os interessados, devem ser redigidos não em latim, mas “*en langage maternel françois et non autrement*”. Com Filipe o Belo, o francês impôs-se como língua de redação das cartas régias. Sistematizando e alargando este uso a todos os atos da justiça e da administração, o decreto **contribuirá para a formação da unidade nacional**.

### Relações com a Santa Sé

Em 1438, o rei Carlos VII publicara em Bourges a **Pragmática Sanção**, que passou a reger as relações entre a Igreja Galicana (francesa) e a Santa Sé. O documento reduzia consideravelmente os poderes do papado sobre a igreja de França, e era mais uma etapa dos conflitos entre a França e o papado, nomeadamente desde Filipe o Belo (o papado em Avignon). Após um encontro com Leão X em **1516**, a Pragmática é anulada e substituída por uma **Concordata**. Francisco I obtinha o título de “*Fils aîné de l’Église*” – filho mais velho da Igreja – que se juntava ao de rei “*Très Chrétien*” – rei cristianíssimo. O monarca francês reconheceu ao papa o título de “vigário de Cristo” e, sobretudo, **a superioridade do Papa sobre as decisões conciliares**.

A Concordata de Bolonha instaurou, na prática, **a submissão do clero francês à autoridade régia**. Cabia ao rei escolher e nomear a hierarquia da Igreja, se bem que a entronização coubesse ao Papa.

A partir de agora, o rei de França passava a deter uma autoridade absoluta sobre 10 arcebispos, 80 bispos, 527 abadias e c. 1000 priorados, que correspondiam a 2/5 da propriedade fundiária do reino. Esta política teve uma importância decisiva na afirmação do poder real em França (em articulação com a política régia face à grande nobreza e a autoridade militar suprema do rei).

### Francisco I, ‘rei cristianíssimo’, e a Reforma religiosa

No plano religioso, num contexto de grande turbulência na Europa, **Francisco I, fiel ao catolicismo tradicional**, mostrou-se, nos anos 20, um rei moderado. As grandes questões teológicas, ao contrário de Henrique VIII, não o interessavam. Mas a multiplicação das perturbações religiosas no reino endureceu as suas posições. A **mutação de uma estátua da Virgem em Paris, em junho de 1528**, choca-o profundamente. É o próprio rei que encabeça a procissão de expiação por este crime.

O “*affaire des placards*” e os avanços da Reforma em França: **17-18 de outubro de 1534**, escritos injuriosos contra a Eucaristia são afixados em diferentes locais do reino, incluindo a porta dos aposentos de Francisco I no castelo de Amboise. Em resposta, Francisco I, considerando o acontecimento como uma agressão direta à sua pessoa e à majestade régia, empreende uma repressão brutal contra os partidários da Reforma protestante (huguenotes), bastante numerosos em França.

### Um lugar de poder: a corte régia

“*Francisco I criou a Corte e construiu-a à sua imagem*” (J. B. Hauréau, historiador do séc. XIX)

Se tal afirmação não é totalmente exata, pois a corte e os seus cerimoniais afirmavam-se anteriormente com os seus antecessores, foi efetivamente Francisco I quem conferiu à corte o seu valor simbólico e o seu estatuto de **centro do poder**, elevando-a ao estatuto de verdadeira **instituição política e cultural**.

“*Uma corte sem mulheres é como um jardim sem flores...*”

Com Francisco I, a corte régia ganha em ostentação e esplendor, sendo palco de contínuas festas, bailes e banquetes – ferramenta de poder do rei.

- nela, e por vontade e gosto declarado do rei, as mulheres têm um lugar central.
- a evolução da etiqueta e dos cerimoniais de corte.
- Francisco I foi o primeiro soberano a exigir a paridade na corte nomeadamente no momento das refeições. Impôs, de forma absolutamente inédita, por ocasião do batizado de um dos seus filhos, a alternância dos lugares à mesa, entre homens e mulheres.

Uma função pública e oficial, as favoritas do rei:

- Françoise de Foix, Contesse de Chateaubriand.
- Anne de Pisseleu, duchesse D’Étampes, a predileta.
- Claude Rohan-Gié, Contesse de Thoury.
- Ferromière.

## A LUTA PELA HEGEMONIA EUROPEIA NO SÉC. XVI

A França de Francisco I e a Espanha de Carlos V



A **salamandra** possui a capacidade de regeneração de partes amputadas ou feridas. Na sua **versão mitológica**, considerava-se que podia viver no fogo, e que só morria quando as chamas que a viram nascer se apagassem. Na **heráldica**, a salamandra surge já na Idade Média, figurando nas armas de Jean d’Angoulême, e torna-se o emblema de Francisco I, acompanhado da divisa: *nutrisco et extinguo* (alimento e destruo), como fogo: o poder sobre o mundo e os homens.

Armas de Carlos I de Habsburgo, rei de Espanha, e Imperador da Alemanha, acompanhada da sua divisa: as duas colunas de Hércules com a inscrição *Plus Ultra* – mais além.



## 1525: o desastre de Pavia

A 24 de fevereiro de 1525, Francisco I é feito prisioneiro pelas tropas imperiais de Carlos V, no cerco de Pavia, a sul de Milão. O rei, ferido, é feito prisioneiro e levado para Madrid. Em março de 1526, pelo **Tratado de Madrid**, altamente gravoso para os interesses da França, é libertado, mas os seus dois filhos, Francisco e Henrique ficam reféns de Carlos V. É uma das grandes derrotas militares e políticas do rei francês. Mas chegou a França, denunciou os termos do Tratado de Madrid, que previam, nomeadamente, a entrega da Borgonha a Carlos V, ameaçando a unidade do reino.

As artes ao serviço do poder: Tapeçaria flamenga, Bernard van Orley, c. 1528-1531, oferecida a Carlos V pelos Estados Gerais de Bruxelas. Nápoles, Museo de Capodimonte.

**Aliança com o Turco otomano:** Luísa de Saboia solicita a ajuda turca: Retrato de Tiziano de Francisco I e Soleimão *o Magnífico* selando a aliança franco-turca, aliança improvável e escandalosa, 1530. Pintados separadamente e tomando como modelo provavelmente medalhas de ambos.



## A França e a Inglaterra

- **1520, 7-24 de junho:** encontro entre Francisco I e Henrique VIII no Camp du Drap d'Or. É o encontro entre dois grandes rivais, dois homens orgulhosos que procuram rivalizar na sua magnificência e ostentação. **O contexto é da recente eleição de Carlos V**, visando uma aliança entre ambos os reinos, que não veio a acontecer. A rivalidade, essa, era antiga, já que Henrique VIII continuava a reivindicar ancestrais direitos em territórios francêss, que estiveram na origem da Guerra dos 100 Anos, e a intitular-se como “Roy de France”. Na ocasião, Henrique VIII terá dito a Francisco I que apenas por deferência não se apresentava no Camp du Drap D'or como rei de Inglaterra e de França.
- **1544:** Em junho, as tropas inglesas invadem a França. Em setembro, a cidade de Boulogne cai nas mãos dos ingleses.
- **1546: Tratado d'Ardres**, pelo qual Boulogne regressa à soberania francesa e Calais permanece sob domínio inglês.
- **1547:** Morte de Henrique VIII, em janeiro, e de Francisco I, em março.

### • INGLATERRA:

#### Uma nova dinastia – os Tudor (1485)



- Fim da guerra das rosas: sangrenta guerra civil (1455-1485) entre a casa de Lencastre (flor heráldica, rosa vermelha) e os York (rosa branca).
- De uma forma geral, o reinado de Henrique VIII (r. 1485-1509) corresponde a um período de acalmia.

Por comparação com a França, a configuração e geografia política da Inglaterra no início do séc. XVI parece relativamente mais simples, longe de compreender a real dimensão das ilhas. A Escócia é um reino independente - só em 1707, o parlamento escocês aprova o Union Act, a união com a Inglaterra sob o ponto de vista político. Teoricamente conquistada pelos ingleses no séc. XII, a Irlanda só se submete realmente numa faixa estreita situada a norte de Dublin, que é a zona do Pale, tendo como representantes de Inglaterra o Lord Lieutenant e o Lord Député, mas eram os senhores dos feudos que dominavam efetivamente.

De um modo geral, o verdadeiro reino de Inglaterra compreende essencialmente o território propriamente dito da Inglaterra e o País de Gales. Desde a conquista normanda, a realeza inglesa nunca consentira que a nobreza se afirmasse, verificando-se apenas uma maior independência de alguns senhores em certas zonas a norte. Portanto, verifica-se um claro enfraquecimento da grande nobreza, o que favorece a consolidação do poder real inglês, a caminho de uma monarquia forte.

A dinastia Tudor deu a Inglaterra dois dos seus carismáticos monarcas, Henrique VIII e Isabel I, um estilo arquitetónico singular, uma literatura brilhante, e um impulso económico que daria à Inglaterra uma posição cimeira na Europa.

Em 1485, **Henrique VII** foi coroado rei de Inglaterra, tornando-se o primeiro monarca reinante da Casa Tudor. Henrique Tudor obteve o trono graças à sua vitória sobre o rei Ricardo III, último governante da Casa de York, na Batalha de Bosworth. Ricardo III foi o último rei inglês a morrer no campo de batalha. Mal subiu ao trono, Henrique VII casou com Elizabeth de York, reconciliando assim as duas casas rivais. União de carácter político, assegurou a descendência já que a rainha, antes de morrer de parto em 1503, deixou 4 filhos, dos quais dois varões: Artur, príncipe de Gales, e Henrique. Tendo um papel fundamental, o reinado férreo de Henrique VII foi basilar para impor e consolidar a nova dinastia.

Contestado por muitos yorkistas, que não o reconheceram como rei e promoveram várias conspirações, o seu reinado foi marcado por uma política de **reforço da autoridade sobre a nobreza e de enriquecimento do Tesouro régio**. À sua morte, em 1509, Henrique VII foi muito criticado pela sua rapacidade e tirania. Mal subiu ao trono, Henrique VIII promoveu um perdão geral aos inimigos do pai e aprisionou na Torre de Londres Edmund Dudley e Sir Richard Empson, conselheiros de Henrique VII, ordenando a sua execução. Sob o ponto de vista político, claramente há um corte com a herança política do rei. Herda uma nobreza pacífica.

### **Henrique VIII (1491-1547)**

Um rei carismático e sem escrúpulos

*“De todos os reis ingleses, foi Henrique VIII que deixou a mais profunda marca na imaginação da posteridade. A pose arrogante e colossal do grande retrato de Holbein [...] evidencia a extraordinária personalidade [do rei]”.*

*“As seis mulheres [...] testemunham a sua capacidade de mover montanhas para conseguir impor a sua vontade. Henrique foi um homem capaz de desafiar e de se desligar da Igreja para obter um divórcio, um homem capaz de sacrificar ministros e amigos, mesmo mulheres e filhos, no altar do interesse dinástico”.*

Richard Rex, *The Tudors*, 2011, p. 36.



A Torre de Londres é quase indissociável da figura de Henrique VIII. A White Tower foi no reinado de Henrique VIII um dos mais poderosos e terríveis símbolos da autoridade da Coroa inglesa, lugar em que tantos políticos e dissidentes religiosos eram encarcerados antes de serem executados. Foi o rei inglês que maior número de execuções ordenou, sobretudo na 2ª parte do seu reinado.

### **1521: Henrique VIII, *Defensor Fidei***

Fidelíssimo à Igreja Católica, Henrique VIII defendeu a natureza sacramental do casamento e a supremacia do Papa, numa clara oposição aos primeiros estágios da Reforma Protestante, principalmente às ideias de Lutero. O seu texto doutrinal contra Lutero foi um *best-seller*, atingindo as 12 edições em latim e alemão em 1524. Foram enviados 30 exemplares para a Cúria. Neste contexto de tumulto, é-lhe concedido pelo Papa Leão

X o ambicionado título de "Defensor da Fé", com que Henrique VIII podia rivalizar com o "Católico" do rei Fernando e do "Très Chrétien" do rei de França.

### O ponto de viragem

**Cardeal Thomas Wolsey** (c. 1473-1530): Iniciou em 1527 o processo para a anulação do casamento de Henrique VIII e Catarina de Aragão. A lentidão e complexidade do processo e os muitos inimigos e intrigas fizera com que fosse acusado de protelar as negociações, caindo em desgraça, em 1529, depois de servir o rei durante 15 anos. Acusado de traição, morreu em novembro de 1530, a caminho de um julgamento a que certamente se seguiria a execução.

A questão das relações matrimoniais:

- Com Catarina de Aragão (entre 1509-1533), cujo casamento é por sua vontade anulado.
- Com Anne Boleyn (entre 1533-1536), mandada por si executar.
- Com Jane Seymour (entre 1536-1537), que acaba por falecer no trabalho de parto.
- Com Anne of Cleves (entre jan. e jul. 1540), cujo casamento é por sua vontade anulado.
- Com Katherine Howard (entre 1540-1542), mandada por si executar.
- Com Katherine Parr (entre 1543-1547), a única que morreu viúva, com a morte de Henrique VIII.



### A rutura com a Igreja de Roma

- **1531:** Henrique VIII declara-se chefe supremo da Igreja em Inglaterra.
- **1534:** *Act of Supremacy/Ato de Supremacia*, pelo qual o Parlamento confirmou a independência da Igreja nacional inglesa.
- **1534/5-39:** Confisco dos bens da Igreja e supressão dos mosteiros, em favor da Coroa.

### A fidelidade à *Ecclesia*: Thomas More e John Fischer decapitados por ordem régia

Como o rei no parlamento exige que se lhe reconheça a sua governança, também a Igreja deveria obedecer. Thomas More (1478-1535), humanista, e John Fischer (1469-1535), bispo de alta confiança do rei, são acusados de traição, pela obediência e fidelidade a Roma. Recusam-se a jurar obediência ao "Ato de Supremacia".

Neste contexto de crise religiosa, a obra *De Vera Obedientia* de Stephen Gardiner (c. 1482-1555), bispo de Winchester, é a mais conhecida e completa defesa da supremacia régia produzida no contexto da crise religiosa. Publicada em 1535, logo após a decapitação de More e Fischer, o livro constrói a obediência ao monarca.

### Thomas Cromwell: o conselheiro do rei

O segundo protagonista a destacar nesta conjuntura é Thomas Cromwell, conselheiro do rei. De origens humildades, jurista de formação, subiu na corte graças ao Cardel Woolsey. Tornou-se *Lord Chancellor*, Chanceler do reino, em 1532, após o abandono do cargo por Thomas More, e foi a personagem da mais alta

confiança de Henrique VIII até 1540. Cromwell foi “o” conselheiro do rei por excelência, eclipsando todos os outros pela audácia das suas intuições políticas.

Notável administrador e político astuto e ambicioso, esteve nos bastidores do divórcio de Catarina de Aragão, apoiou o partido de Ana Bolena, mas teve depois um papel-chave na sua queda, a rutura da Igreja de Inglaterra com Roma e a dissolução dos mosteiros. Acusado de heresia, foi decapitado em 1540.

### **A dissolução/supressão dos mosteiros**

A ideia pode ter começado a tomar forma a partir de 1531, com o envio, por iniciativa de Cromwell, de visitantes para inspecionar os mosteiros e inquirir sobre a observação – ou não – da supremacia do rei sobre a Igreja, proclamada em 1531.

A dissolução dos mosteiros, começando pelos mais pequenos, foi executada sob a supervisão de Thomas Cromwell. Não é seguro afirmar a data exata da decisão régia, mas a compilação do **Valor Ecclesiasticus de 1535**, que reunia informação sistemática sobre a propriedade e bens eclesiásticos para fins de taxaço, evidenciando a riqueza de muitos mosteiros, foi fundamental nessa resolução.

### **A Resistência religiosa**

#### **O martírio dos monges cartuxos:**

A política religiosa e a rutura com Roma promovidas por Henrique VIII provocaram ondas de choque e resistências em todo o reino. Os monges cartuxos do mosteiro em Londres, de grande prestígio pela vida simples e devota que levavam, recusaram-se a reconhecer o rei como chefe da Igreja.

Entre 1535 e 1540, 18 monges foram sujeitos às maiores torturas e mortos, sendo depois os seus corpos decepados, esventrados, os órgãos cozidos em grandes caldeirões. Henrique VIII queria que a sua morte fosse exemplar para quem se atrevia a contrariar a vontade régia. A Igreja Católica reconheceu-os como mártires.

#### **Robert Aske e a *Pilgrimage of Grace*:**

Grande impacto teve também a ação de massas, protagonizada por Robert Aske (1500-1537), advogado e proveniente de uma antiga família de Yorkshire, rosto da revolta de cariz religioso chamada *Pilgrimage of Grace*, em 1536.

Os revoltosos, c. de 40000, levavam uma bandeira com as cinco chagas de Cristo, pedindo a restauração dos mosteiros espoliados por Henrique VIII, o castigo do ministro Cromwell e dos bispos heréticos e o regresso à antiga religião. Henrique VIII mandou executa-lo, por traição, e a muitos dos seus seguidores, em julho de 1537.

### **SÍNTESE: Henrique VIII e o fortalecimento do poder real**

1. O enriquecimento extraordinário da Coroa com a secularização dos bens da Igreja; pujança económica que vem já desde o seu pai, Henrique VII, que encheu os cofres.
2. Um rei senhor do seu Reino e Chefe Supremo da Igreja.
3. Uma política nobiliárquica própria de um rei absoluto:
  - a) a criação do *Privy Council*, em que a nobreza não tinha precedência sobre os outros altos funcionários escolhidos pelo rei. Desta forma, Henrique VIII sublinhava como a nobreza derivava de e dependia da Coroa, e que o critério de escolha dos conselheiros não dependia do sangue, mas do serviço e fidelidade à Coroa e ao Rei.
4. O desenvolvimento dos cerimoniais da corte, afirmando a majestade régia.
5. Uma atuação tenaz e muitas vezes cruel contra qualquer oposição aos seus desígnios e ao seu poder.

## A consolidação da identidade nacional inglesa

1. O estabelecimento da Igreja de Inglaterra.
2. A criação da Marinha inglesa.
3. A afirmação da língua inglesa: através da difusão da língua vernácula à devoção, literatura e ensino. Apesar do predomínio do latim entre os humanistas, progressivamente muitos eruditos passaram a escrever em inglês e/ou traduziram obras latinas para inglês.

O interesse pelas obras de Geoffrey Chaucer (c. 1343-1400), considerado o fundador da literatura inglesa e o maior poeta de língua inglesa da Idade Média, cresceu na época. A primeira edição impressa das suas obras em 1532 exprime o laço entre sentimento nacional e língua.

### A tradução da Bíblia para o inglês

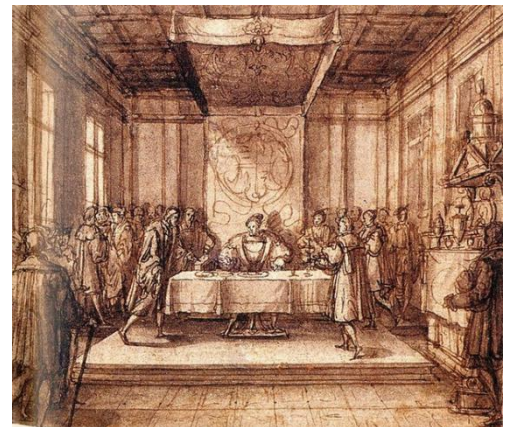
Conhecida como *Tyndale Bible*, devido ao nome do humanista William Tyndale (c. 1494-1536), que empreendeu a primeira tradução feita diretamente a partir do hebraico e do grego; depois da sua morte, o seu trabalho foi completado por Miles Coverdale (1488-1569). Esta tradução completa da Bíblia foi a primeira a ser objeto de uma edição impressa, em 1535, no âmbito da difusão das ideias reformadas e do acesso direto às Sagradas Escrituras.

### Hampton Court Palace

Thomas Wolsey, então arcebispo de York e Ministro do Rei, reconstruiu o solar do séc. XIV formando o núcleo do atual palácio. Wolsey gastou abundantemente para construir o mais refinado e opulento palácio da Inglaterra. Hampton Court, lugar de poder, foi posteriormente confiscado por Henrique VIII. O monarca fez dele uma das mais suas emblemáticas moradas, símbolo do poder régio. Foi a residência preferida de Henrique VIII. Aqui organizou faustosos banquetes e festas, dando à monarquia inglesa um fausto sem precedentes.

Ao contrário do pai, mais frugal e modesto nos seus hábitos, Henrique VIII promoveu a opulência na corte e na vida privada, acentuando a sua majestade. O desenho de Hans Holbein ilustra o rei a tomar a sua refeição nos seus aposentos (*Privy Chamber*), sozinho à mesa, rodeado de conselheiros e cortesãos, e servido pelos seus oficiais.

Na Chapel Royal, ladeando as portas, surgem as armas régias de Henrique VIII e Jane Seymour. Percebemos assim mais uma vez a heráldica como elemento identificador do poder. “Deus e o meu direito”.



### Um novo rosto para a Inglaterra

*“Para o bem e para o mal, intencionalmente ou não, o seu reinado representou um momento de viragem na história da Inglaterra. É no reinado que podem encontrar-se as raízes da Igreja de Inglaterra, o nascimento da Bíblia inglesa, a criação do Privy Council [...]. O seu reinado assistiu à destruição da civilização monástica, que ajudara a modelar a sociedade e a paisagem da Inglaterra durante c. de um milénio. Como resultado, a Inglaterra registou a maior alteração na propriedade fundiária desde a conquista Normanda, e enriqueceu a Coroa de uma forma sem precedentes. Em suma, o seu reinado assistiu a pouco menos do que uma revolução”*

## A descendência

A família de Henrique VIII, c. 1545. Há uma clara mensagem dinástica neste grupo (imagem). Jane Seymour e o seu filho Edward, sucessor da Coroa, estão junto do monarca, enquanto as suas filhas, Mary e Elisabeth, ambas então classificadas como ilegítimas, se encontram nas margens, no caso de desaparecer a linha legítima, como veio a acontecer. Trata-se de uma imagem idealizada, uma vez que Jane Seymour morreu ao dar à luz o filho, o único varão de Henrique VIII.



### De um país rural à construção de um império

A cultura dos cereais; a criação de carneiros; os têxteis. A Inglaterra possui portos bastante atrativos, a saber: porto de Bristol (local onde chega pela primeira vez o açúcar da Madeira) e o porto de Plymouth.

Causas próximas para este desenvolvimento inglês num quadro que eleva a quase potência internacional:

- Adesão da Inglaterra à reforma e nacionalização dos bens da Igreja;
- Progressiva importância dos corsários ingleses – destaque para Sir Francis Drake;
- c. 1560, conjuntura bastante favorável: crescimento sustentado da população e desenvolvimento maior e aperfeiçoamento da indústria têxtil; notável expansão do comércio marítimo e que culminará num estado de guerra latente pela hegemonia dos mares (rivalidade anglo-espanhola).

**Isabel I** (1533-1603), filha de Henrique VIII com Ana Bolena, é feita rainha em 1558, numa Inglaterra profundamente diferente daquela que Henrique VII, seu avô, presenciou. Tendendo para o poder absoluto, tal como o seu pai, a monarca vai restringir as relações com o Parlamento inglês. Quadro de fortalecimento da Coroa inglesa e consolidação do Anglicanismo.

Em 1588, a derrota da “invencível armada” (de Filipe II de Espanha) sela a abertura dos mares à Inglaterra – abertura às rotas oceânicas. Ao lado, uma tela alusiva à grande vitória, objeto de inúmeras cópias.



### As Companhias de Comércio inglesas

1565: *Muscovy Company*, também chamada *Russia Company*, e mais tarde, em 1566, *The Fellowship of English Merchants for Discovery of New Trades*. A grupava mercadores ingleses que comerciavam com a Rússia. Foi criada pelo navegador e explorador Sebastian Cabot e vários mercadores e comerciantes de Londres. Obteve então o monopólio do comércio anglo-russo, dominando o comércio do Mar Branco.

1581: A *Levant* ou *Turkey Company*, fundada para regular o comércio com a Turquia e o Levante. Foi extinta apenas em 1825. Vários mercadores de Londres pediram à rainha Isabel I a fundação de uma Companhia que garantisse a exclusividade desse comércio para Inglaterra. Em 1580, um tratado assinado entre a Inglaterra e o Império otomano concedia aos mercadores ingleses os mesmos direitos de que usufruíam os mercadores franceses.

**1600: *East Indies Company***, também chamada *Governo and Company of Merchants of London trading into the East Indies*, recebeu carta régia de Isabel I (chancela do poder) em 31 de dezembro de 1600, a pedido de um conjunto de mercadores londrinos que pediram à rainha permissão para navegarem no oceano Índico. Constituiu a mais antiga de todas as Companhias europeias congêneres. Ricos mercadores e aristocratas possuíam as suas ações, e no seu apogeu chegou a dominar quase 50% do comércio mundial. Dissolvida em 1864. **A sua fundação e atividade consumou oficialmente o fim do monopólio ibérico da Rota do Cabo.**

No final do séc. XVI, à morte de Filipe II, c. 1598, a Inglaterra desafia abertamente a hegemonia mundial face à Espanha, surgindo já como uma grande potência.

**A Bolsa de Londres, fundada no séc. XVI:** Fundada em Londres pelo rico comerciante Thomas Gresham em 1566 (passa a chamar-se Stock Exchange em 1773).

### • A ESPANHA DOS REIS CATÓLICOS:

Nesta constituição das grandes monarquias, chegamos ao terceiro caso: a Espanha, cuja construção da sua monarquia vai ser diferente do que se passou, previamente, na Inglaterra e na França. Em **1450**, a meio do séc. XV, temos uma Espanha, do ponto vista geográfico, que abrange **vários Estados independentes na Península**, a saber: Castela; o reino muçulmano de Navarra; Aragão; e Leão, que mais tarde **vão ser politicamente unificados com os Reis Católicos.**



Em **1469**, dá-se o **casamento entre Isabel de Castela e Fernando IV de Aragão**, aqueles que irão ser conhecidos como os reis Católicos. Estas duas figuras régias compartilham duas ideias centrais: ambos têm como prioridade a **finalização da Reconquista Cristã**, e, em segundo lugar, a **eliminação da dissidência religiosa** (1492, consumação do decreto de expulsão dos Judeus, assinado pelos Reis Católicos em Granada). Figuras fundacionais de um novo quadro político, o casal tem um papel chave para a construção da noção de que a unidade política tem forçosamente e indissolivelmente uma ligação com a religião. **Unificação e hegemonização castelhana.**

### Os Países Baixos

Os Países-Baixos assumem-se como um conjunto de 17 províncias que constroem a sua independência contra a Espanha, estando ligados por laços dinásticos de natureza feudal, num contexto de uma realidade da Reforma Religiosa.

### O caso da Suíça

A Suíça, até ao século XIII, fazia parte do Sacro Império Romano-Germânico. Em toda a extensão do território imperial, a condição do campesinato alterava conforme as regiões, tendo em conta o controlo da nobreza feudal sobre o mesmo. O campesinato da Suíça central era o mais livre deste mesmo controlo. Em 1291, Uri, Schwyz e Unterwalden, os “cantões da floresta” (p. 116, História Concisa da Europa), formam uma primeira confederação para preservarem a sua liberdade face aos Habsburgo, uma das três famílias dominantes do Sacro Império. Prova desta defesa são os confrontos que existiram em Morgarten, em 1315, e em Sempach, em

1386, em que a vitória do campesinato suplantou os Habsburgo – vão constituir as bases de um Estado singular que é a Suíça.

A estes “cantões da floresta” juntaram-se outras cidades, como Lucerna, Zurique, São Galo e Berna, já no século XIV. Este facto demonstra que há já várias cidades que se vão destacando e alcançando a sua independência e dominando a zona dos Alpes. Em 1499, com a Paz de Basileia, o imperador Maximiliano I reconhece a independência política da Suíça, “separando-se do Império”. (p. 117, História Concisa da Europa).

## OS «PAÍSES DIVIDIDOS»

### • ALEMANHA:

Apesar de ser um país dividido, a Alemanha possui um elemento de unidade que falta à Itália, um mosaico de estados rivais – a instituição imperial.

### **O Sacro Império Romano-Germânico na Idade Média – algumas datas**

- 800: coroação de Carlos Magno em Roma. Auge do Império Carolíngio;
- 840: morte de Luís, o Pio, filho de Carlos Magno;
- 843: tratado de Verdun, que divide o Império pelos três netos de Carlos Magno, filhos de Luís, o Pio, por razões políticas e linguísticas (o latim ia cedendo terreno às línguas românicas e germânicas) – Lotário, o mais velho, conservou o título de imperador, Países-Baixos, Lorena, Borgonha, Provença, Norte de Itália e o domínio sobre Roma; Luís, o Germânico com a Alemanha; Carlos, o Calvo, com França;
- 962: Otão (936-983) é coroado imperador, relançando o prestígio da instituição imperial;
- Séculos XI-XIII: reforço e afirmação da autoridade imperial na Europa medieval – Frederico Barba Ruiva; Frederico II, coroado imperador em 1220.
- 1250: a sua morte assinala o fim do poder imperial efetivo na Alemanha e em Itália.

### **Os sete eleitores do império**

O Sacro Império é construído por um vasto conjunto de regiões e, em 1356, a sua constituição fora fixada pela *Bula de Ouro*, iniciativa do então Imperador Carlos IV, que definia com precisão e regulava as condições de eleição do imperador. Os eleitores foram os membros do colégio eleitoral do Sacro Império Romano-Germânico, tendo desde o século XIII, a função de eger, a partir de meados do século XVI, o imperador. Num documento conhecido como a *Bula Dourada* (1356), o estatuto dos eleitores foi regulamentado pelo imperador Carlos IV, que os reconheceu como governadores quase-independentes dentro dos seus territórios. Cada um dos príncipes recebeu também um ministério especial, que lhes conferia determinadas obrigações.

O grupo dos sete eleitores era constituído então por três eclesiásticos - os arcebispos de Mainz (Mogúncia), Trier (Trèves) e Koln (Colónia) - e por quatro laicos - rei da Boémia; conde palatino (Palatinado); duque de Saxónia; e marquês de Brandemburgo.

### **As instituições imperiais**

1. Dieta (*Reichstag*).
2. Chancelaria imperial:
  - a) Arcebispo de Mainz (Mogúncia), arquichanceler, Alemanha; Arcebispo de Trier (Trèves) – chanceler para os domínios imperiais em França; Arcebispo de Colónia – chanceler para os domínios imperiais em Itália.
  - b) Eleitores laicos com funções precisas: Rei da Boémia – arquiteto do Império; Duque de Saxónia – arquiarechal; Marquês de Brandemburgo – arquiarmareiro; Conde Palatino do Reno – arqui-comissário.

### 3. Tribunal imperial.

Não existia, no entanto:

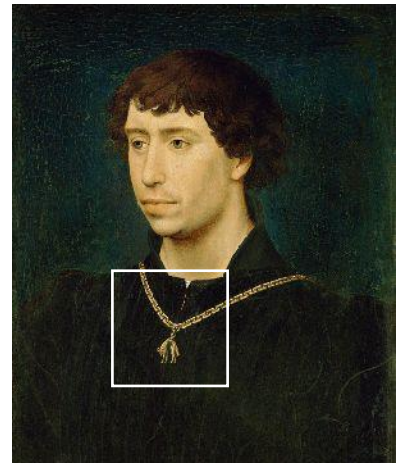
- Exército permanente.
- Nenhum imposto fixo.
- Nenhum corpo de oficiais estruturado ao serviço do imperador.

Desde 1438, **os Habsburgo**, uma família dos muitos estados que compõe a Alemanha, detêm o trono Imperial e a hegemonia da vida política europeia. Esta família tem origem no séc. XI e a sua denominação está relacionada com o castelo do falcão, Habichtburg. Rodolfo IV foi o primeiro integrante dos Habsburgo a tornar-se Imperador. Há um conjunto de razões que estão na origem da habilidade política desta casa imperial e do seu engrandecimento e futura supremacia, até ao séc. XIX.

*“outros fazem a guerra [enquanto] tu, feliz Áustria, conclus casamentos”.*

### As relações da Dinastia de Avis com a Casa de Borgonha e o Império

Em 1477, o imperador Habsburgo **Maximiliano** (1459-1519) casa com **Maria**, duquesa da **Borgonha** (1457-1482), única filha de Carlos, o Temerário (ao lado), passando assim a casa de Borgonha a orbitar em torno dos Habsburgo – o imperador adquire pelo casamento o riquíssimo Estado da Borgonha, o Franco-Condado, Brabante, Luxemburgo, Zelândia, Holanda, assim como os feudos em França. É aqui com este casamento que o símbolo do toção de ouro entra para os Habsburgo (ordem de cavalaria fundada por Filipe III).



Maximiliano era filho do imperador de **Frederico III** (1415-1493) e de **D. Leonor**, filha de D. Duarte e neta de D. João I. Este casamento constitui, sem dúvida, um acontecimento importante para compreender as relações luso-imperais e, num sentido mais lato, as complexas teias diplomáticas que as unidades políticas urdiam na Europa dos finais da Idade Média.

Também como o ducado da Borgonha, a dinastia de Avis converge os seus interesses políticos, estabelecendo relações matrimoniais. Em 1430, o duque da Borgonha, **Filipe III**, que não tinha descendência e que já tinha casado duas vezes, casa com **Isabel de Portugal**, filha de D. João I – o único filho deste casamento será o famoso Carlos, o Temerário.

**A criação da Ordem do Toison d'or:** A mais prestigiada ordem de cavalaria dos finais da Idade Média, foi criada por Filipe *O Bom* aquando do seu terceiro casamento, com Isabel de Portugal, filha de D. João I. Passou da Borgonha ao Sacro-Império e daí a Espanha. É ainda hoje atribuída como ordem honorífica.

### A Herança Colossal de Carlos V

#### O destino europeu: Carlos de Gand (1500-1558), Carlos V imperador e Carlos I de Espanha

O neto mais velho de Maximiliano, Carlos de Gand tem uma herança colossal difundida pela Europa, sendo eleito imperador à morte do seu avô em 1519, e derivado das suas heranças maternas, feito rei da Espanha politicamente unificada – a sua mãe, Joana, *A Louca*, uma das filhas dos Reis Católicos, casar-se-á com Filipe, *O Belo*, e é essa a razão do trono de Espanha chegar até à casa dos Habsburgo. Ele é rei de uma Espanha unificada pelos reis católicos. Por outro lado, herda inúmeros territórios da casa de Habsburgo: herança austríaca (do seu bisavô Frederico III), estados da Borgonha (através do casamento do seu avô Maximiliano com Maria de Borgonha).

A coroa imperial mantém-se na casa de Habsburgo, apesar de agora o imperador ser também o rei de Espanha, por via da sua mãe. Através de linhagens e de contextos específicos os Habsburgo acabam por conseguir dominar grande parte da Europa.

- **ITÁLIA:**

Na viragem para o séc. XVI, a Itália tomava no seu conjunto, com os Países Baixos, a região mais rica e evoluída da Europa. Proporcionalmente à sua superfície, é o país mais povoado da Europa. Também a taxa de urbanização é a mais elevada, destacando-se as cidades de Nápoles (em 1500, c. 150 mil habitantes), Veneza, Milão, Florença, Roma, Messina e Palermo. Por outro lado, o nível médio da riqueza na Itália é superior aos restantes países da época. Há claramente uma superioridade económica que se articula com a sua superioridade intelectual e artística. Contudo, a Itália apresenta fatores de extrema debilidade: uma profunda fragmentação política que faz do território itálico um mosaico de estados rivais.

A realidade que se impõe é a da pulverização e da fragmentação da divisão num grande número de estados com constituições políticas diversas: um estado eclesiástico governado pelo Papa, Roma; um reino, Nápoles; múltiplos ducados, como o de Milão, Ferrara e Saboia, conservados por antigas famílias feudais; marquesados, como Saluzzo; repúblicas aristocráticas, como Génova, Siena e Veneza – um caleidoscópio de sistemas políticos. Desta pulverização, destacam-se 5 estados que se afirmam com grande importância territorial: Florença, Veneza, Milão, o Estado Pontifício e Nápoles.

A partir 1494, a Itália foi o campo de batalha entre as duas potências europeias que se afirmam, a França e a Espanha, digladiando-se pela hegemonia europeia: as Guerras de Itália (1494-1559). A artilharia torna-se móvel, multiplicando a capacidade mortífera das armas.

Esta Itália é frágil politicamente e militarmente o que constituiu uma verdadeira tentação para as potências que se estão a afirmar. Itália não possui um exército organizado, recorre do a exércitos de mercenários, muitas vezes estrangeiros, que são instáveis e perigosos para os príncipes que a elas recorrem. As Guerras de Itália são também um verdadeiro “laboratório experimental de guerra”. A introdução da artilharia torna-se móvel, potenciando a sua capacidade mortífera. Fernand Braudel destaca a artilharia móvel que surge nas Guerras de Itália como uma das grandes invenções do século. A introdução da artilharia móvel tem implicações na ordem social, uma vez que o ideal de cavalaria está a entrar no seu ocaso.

#### 1494-1516

- Reivindicação pela França do reino de Nápoles: o rei Carlos VIII entende-se como herdeiro da casa de Anjou.
- Vitória de Francisco I na Batalha de Marignan (1515) e conquista o ducado de Milão.

#### 1519-1559

- Uma luta entre Habsburgo e Valois.
- 1559 – Tratado de Cateau Cambrésis, favorável à Espanha.

Esta guerra vai terminar devido a um conjunto de fatores, designadamente o esforço financeiro continuado, os progressos do protestantismo que os dois monarcas querem combater, e a expansão turca em direção ao Ocidente, que atinge o seu apogeu no séc. XVI. O torneio que celebraria a paz acabou de forma inesperada: a morte acidental de Henrique II, sucessor de Francisco I, o que vai enfraquecer a França, entrando num período de regências em que a questão da sucessão e a instabilidade política vai jogar a favor de Espanha.

## SÍNTESE

Uma Europa politicamente diversa entre os séc. XV e XVI:

1. O ocaso do feudalismo e a afirmação das grandes monarquias.
2. Os países divididos.
3. A europa “das margens”.

Linhas de força:

- Reafirmação do prestígio e do poder político do Império com a eleição de Carlos de Habsburgo, também rei de Espanha.
- Luta entre Habsburgo e Valois pela hegemonia política na Europa.
- O estabelecimento da supremacia espanhola, com Carlos V e, depois, com a “monarquia hispânica” de Filipe II, num quadro que não pode ser dissociado da construção do império espanhol.
- Essa supremacia vacila a partir da 2ª metade do século, com a Inglaterra e, depois, as Províncias-Unidades no horizonte.

## A EUROPA «DAS MARGENS»

### • POLÓNIA:

No séc. XVI, há uma Europa pouco falada, com outros ritmos, e que não participa nas grandes dinâmicas culturais, económicas e políticas, da qual fazem parte a Polónia, os Países Escandinavos e Rússia. O primeiro **fator de identidade** e de **congregação desta Europa «das margens»** é a **conversão ao cristianismo**, em c. 966. Na Polónia, o movimento de evangelização prolongou-se até ao séc. XIII, atingindo o seu apogeu no séc. XVI enquanto nação.

Em **1386**, o **reino da Polónia e o grão-ducado da Lituânia são reunidos** sob a autoridade de um mesmo príncipe, **Wladyslaw II Jagiello**, que **instaura a dinastia Jogaila** na Polónia, que perdurará até 1572, tendo-se convertido ao cristianismo. A eleição do soberano é eletiva e estava a cargo do Senado (SJEM), composto por uma centena de membros da alta nobreza, ou magnates, e de uma Câmara, aberta a c. de 200 representantes das diferentes províncias (dietas locais). A dieta geral tinha poderes bastante acentuados e um papel acentuados na direção política e administrativa do reino – a natureza do poder polaco como uma associação entre o monarca e a alta aristocracia.

Na base da inequívoca prosperidade económica polaca está a grande **importância do comércio** e a **expansão de cereais**; a **exportação maciça de madeiras**; a **criação de gado**. A cidade mais importante era também a mais antiga, Cracóvia, que tinha sido fundada em c. 700. Em 1526, o ducado de Varsóvia é anexado pela Coroa polaca; no ano seguinte, a Livónia é anexada pela Coroa sueca.

Em **1496**, a **rica burguesia polaca**, que enriquecera graças ao comércio marítimo, **foi proibida de possuir terras**, o que vai fazer dos nobres os senhores importantíssimos do mercado dos cereais. Os camponeses, que na sequência da peste negra haviam-se libertado da servidão, são recolocados na dependência estrita dos senhores. Claramente, há uma **dependência do monarca face aos poderes da aristocracia**. Lei régia fundamental, o **Estatuto *Nihil Novi***, de 1505, foi promulgado pelo rei Alexandre e reforça a associação da realeza e da aristocracia, ao declarar que nada de novo pode ser feito sem o consentimento do rei ou do Senado.

Fundada no final do séc. XII, em Acre, na Palestina, a **ordem militar dos cavaleiros teutónicos** instala-se na zona da atual Roménia, de onde são expulsos no séc. XIII, fixando-se na Transilvânia, no norte da Polónia. Constituem uma **ameaça militar para a Polónia**, embora, a partir de 1410, se coloquem na vassalagem da

Polónia. Em 1561, em pleno tumulto devido à reforma, a ordem militar é secularizada e vai dar origem à Prússia, o embrião do poderio alemão, a cruz de ferro das forças armadas alemãs. O castelo de Marienburg tornou-se o quartel-general da ordem dos cavaleiros teutónicos, lugar de poder desta ordem militar.

Por pressão dos nobres do sul da Lituânia, perante a ameaça tártara, em **1569**, a **União de Lublin** sela a **aliança perpétua entre o Grão-ducado da Lituânia e o Reino da Polónia**. No ano de 1572, à morte de Sigismundo Augusto, surge um **problema de sucessão ao trono da Polónia**, uma vez que este monarca não tinha descendência. Deste modo, numa monarquia eletiva, a Polónia tem que eleger um dos diversos candidatos estrangeiros à coroa régia, onde vai ser eleito um príncipe francês – **Henrique de Valois**, Henryk Walesy, rei da Polónia em 1572 (4º filho de Henrique II e Catarina de Médicis).

### **Um rei «aprisionado»**

Henrique, apesar de ser eleito, vai ser um rei “aprisionado” e profundamente condicionado na sua eleição e naquilo que são os seus poderes.

1. Renúncia ao princípio hereditário de sucessão no trono.
2. Reconhecimento do princípio da eleição.
3. Aceitação dos poderes da Dieta.
4. Direito do Senado em controlar a política externa da Polónia.
5. O monarca é obrigado a governar com ministros impostos pela Dieta.
6. Obriga-se a respeitar o Pacto da Confederação (liberdade religiosa no país).

Em **França**, **reina Carlos IX** (1550-1574), em cujo reinado ocorreu a sangrenta noite de S. Barthélémy, no quadro das Guerras de Religião. **Morreu aos 23 anos, sem descendência**. Quem deveria suceder seria **Henrique de Valois**, que **foge da Polónia em 1574**, e torna-se rei de França, embora neste tumulto, venha a ser **assassinado em 1579**.

Nobre húngaro e príncipe da Transilvânia desde 1571, **Estevão Bathory** vence a eleição régia na Polónia em 1575. Casado com Ana da Suécia, irmã de João III, morre sem descendência. À sua morte, há um novo interregno, sucedendo Sigismundo, filho do rei da Suécia, João III, e sobrinho da rainha Ana da Polónia, feito **Sigismundo III da Polónia**. Inaugura-se uma nova Casa Real, a **Vasa**, com a eleição deste rei em 1587, consolidando o enraizamento do catolicismo na Polónia. Passados 5 anos, em 1592, torna-se também rei da Suécia, que também tem uma monarquia eletiva, sendo deposto em 1599.

### **• PAÍSES ESCANDINAVOS:**

Quando falamos de Países Escandinavos na Idade Moderna, é necessário falar do lento processo de dilatação da Europa, que se inicia na Idade Média. Entre estes países destacamos a Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia. Esta região é caracterizada por um despovoamento, agravado pela peste negra que vai devastar a pouco população ali existente, e a presença de vikings.

A **Noruega** era uma região muito vasta, mas o seu território era entrecortado por uma série de fiordes - são grandes entradas de mar entre montanhas. Era no final da idade média muito pouco povoada- ou quase despovoada. Além disso foi fortemente afetada pela peste negra no século XIV, o que contribui ainda mais para o seu despovoamento. É da Noruega e da Dinamarca que provieram os Raides Vikings, no séc. X. Esses vikings estabelecem-se na Normandia, Escócia, Irlanda. É um processo de expansão que é bastante importante.

A Suécia é também, durante a Idade Média, uma região claramente periférica e isolada- não tinha qualquer acesso ao mar do Norte - A região mais meridional da Suécia (A Scania) fazia parte da Dinamarca, cortando assim o acesso ao mar do Norte. Além do mais, a realidade geoclimática condiciona o povoamento e as realidades sociais, políticas e afins.

Desde cedo que a Suécia se vira para o mar Báltico e para os vastos territórios da Finlândia e da Rússia. A Suécia tem ainda ligações a Constantinopla, através das redes comerciais terrestres ligadas pela Rússia. O comércio das peles chega até Constantinopla e é preponderante para a economia sueca.

A Monarquia na **Suécia**, tal como na Noruega é eletiva. A **Finlândia** fez parte do reino da Suécia durante 700 anos: Em 1284, a Finlândia é um ducado, tornando-se grão-ducado em 1581. Em 1809, a Suécia cede à Rússia as suas províncias finlandesas (que constituem 300 000 Km<sup>2</sup> e c. 850 000 habitantes). Adquirem a independência no século XX.

A **Dinamarca** era ao mesmo tempo o mais pequeno dos Países Escandinavos, mas o mais fértil e mais povoado. Em termos das dinâmicas económicas, a proximidade marítima tem um papel importantíssimo. A monarquia dinamarquesa é também eletiva. Em 1397, estes Países Escandinavos, são aglomerados numa frágil confederação, a chamada ***Kalmarunionen***, sob o signo da hegemonia da Dinamarca. A União política de Kalmar agrupa os três reinos da Escandinávia de 1397 a 1523.

Esta união foi desde o início contestada pela Suécia, que nunca aderiu de forma entusiasta. No meio do séc. XV, Karl Knutsson era a personalidade dominante na vida política sueca, marechal da coroa dinamarquesa, eleito rei três vezes pelo Riksdag (assembleia de ordens) – 1448-1457; 1464-1465; 1467-1470; e rei da Noruega, em 1449. À sua morte, em 1470, a Suécia foi governada por uma série de regentes, que reflete esta fragilidade: Sten Sture (1470-1503); Svante Sture (1503-1512); Sten Sture (1512-1520), filho do anterior. Em 1520, Cristiano II da Dinamarca lança uma ofensiva vitoriosa sobre a Suécia, desencadeando uma grande revolta entre a nobreza sueca e apropriando-se da Coroa – esta apropriação enfraquece a assembleia das ordens e a monarquia passa a ser hereditária. A assembleia na Suécia, de forma bastante original, reúne delegados de quatro ordens: clero, nobreza, burguesia e camponeses.

Neste mesmo ano, Cristiano II ordena o célebre Massacre de Estocolmo, assassinio de cerca de 70 partidários do seu antecessor. Entre as vítimas estaria Eric Vasa, de uma família nobre sueca, e o seu filho Gustavo Vasa (1496-1560), que consegue fugir da prisão e lidera a resistência sueca à presença dinamarquesa – em 1521 é eleito regente da Suécia pelo Riksdag, e em 1523, é feito rei, instaurando a dinastia Vasa. Fim da União de Kalmar.

Já rei, Gustavo I vai acolher de braços abertos a Reforma Luterana, ordenando anos depois, em 1528, a supressão dos mosteiros, um passo fundamental para a implantação da Reforma. Na assembleia de ordens, consegue a união das três ordens (burgueses, camponeses e nobres), face ao clero – fortalecimento de uma Coroa secularmente eletiva, quer sob o ponto de vista político, quer económico e financeiro, administrador dos antigos bens da Igreja na Coroa sueca (secularização dos bens da Igreja). A introdução do Luteranismo é fulminante. Em 1530, a confissão oficial da Suécia era já o Luteranismo, libertando-se de uma Igreja que concorria pelos poderes – os progressos do absolutismo monárquico, centralismo e afirmação. Deixa de convocar a Dieta (progressiva rarefação da reunião das cortes), convocando-a apenas uma vez, em 1544, para a obrigar a ratificar a transformação da monarquia eletiva para hereditária.

**O triunfo do luteranismo na Suécia e a emancipação da língua:** Olaus Petri (1493-1552), a maior figura do movimento luterano na Suécia. Estudou as Universidades de Uppsala e Leipzig, e terminou a sua educação na Universidade de Wittenberg, em 1518. Aí conheceu alguns dos principais protagonistas da Reforma religiosa na Alemanha, como Martinho Lutero e Philipp Melanchthon. Traduz a Bíblia para sueco, permitindo o acesso direto às escrituras, e é autor de uma crónica da Suécia, em latim, que se difunde pela Europa.

Em meados do século XVI, século decisivo para a afirmação da nação sueca, assistimos a um grande desenvolvimento político e económico: a Suécia exporta quantidades crescentes de ferro, cobre, manteiga e peles. Contudo, ainda não tem no âmbito europeu um papel preponderante.

Tirano e sanguinário, Cristiano II era rei da Dinamarca desde 1513. Será destituído pelas dietas de Vyborg e Roskil, em 1522 e 1523, respetivamente. Uma das justificações políticas legítimas para invocar a destituição do rei é precisamente a tirania e mau governo. A dieta proclamará rei da Dinamarca um tio de Cristiano II, Frederico I de Holstein, reconhecido no ano seguinte pela Noruega, reinando até à sua morte, em 1533.

No final do séc. XVI, a Dinamarca torna-se a primeira potência do Norte da Europa. A riqueza dinamarquesa articulava-se com a notável importância do comércio do báltico.

## A RÚSSIA

A Rússia, completamente ortodoxa, mantém-se alheia a este tumulto que submergiu a Europa. Pela sua dimensão, duração e coesão, a Rússia ocupa o primeiro lugar na história mundial dos Impérios. Tendo uma história complexa, com momentos de fragor e drama coletivo, a Rússia cobre mais de 10% das terras emersas, detendo uma dimensão imperial (do Báltico ao Oceano Pacífico). Do ponto de vista étnico, é um verdadeiro «melting pot», um império multiétnico. Só entra totalmente nesta Europa dilatada até à Rússia no séc. XVIII - até lá, pertence e permanece profundamente ligada ao mundo bizantino e oriental.

### **Os primórdios: entre a lenda e a história**

A primeira referência, entre a lenda e a história, à entidade da Rússia: em meados do séc. IX (c. 850-862) uma tribo de nome RUSS, conduzida por uma personagem semilendária, de nome Rurik, acompanhado de 2 irmãos, estabelece-se em Novgorod, perto do lago Volkov. Em c. 882, Oleg, sucessor de Rurik, submete tribos vizinhas (eslavas) e avança para sul. Estabelece em Kiev, para onde transfere a sua “capital”. O primeiro príncipe historicamente atestado é Igor, que morre em 945.

Em 988, Vladimir I, O Grande, ou S. Vladimiro para a Igreja Russa, grão-duque de Kiev (é no séc. X que se esboça uma grande hegemonia desta cidade), converte-se ao Cristianismo, à Igreja grega bizantina, sendo batizado e casando nesse mesmo ano com a princesa Ana, filha do Imperador bizantino Romano II. A maior parte dos soberanos da Rússia descendem de um dos seus imensos filhos, Iaroslav, grão-duque de Kiev, da dinastia dos Rurikides (a que se sucederá a dos Romanov, em 1613). Outros grandes soberanos de Kiev: Rostislav I e Vladimir II.

### **Uma primeira hegemonia: Kiev**

No séc. XII, o centro de gravidade de poder desloca-se do primeiro centro que era Kiev, para Vladimir, pelo impulso de um dos príncipes, André I (1110-1174), grão-duque de Vladimir, que saqueia Kiev. Contudo, uma nova realidade abate de forma violenta toda a Rússia de leste e de sul – as invasões tártaras ou mongóis – suserania dos tártaros sobre a Rússia.

A partir do séc. XIII, Kiev é saqueada e destruída (1240) e os tártaros fixam a sua capital junto do rio Volga (1242). São seus sucessores os Khans. O Kanato da Horda Dourada foi um dos quatro kanatos originários da fragmentação do Império Mongol e o mais duradouro de todos eles, Sarai Batu era a sua capital, para onde se deslocariam para serem investidos e pagar o seu tributo: abrangia, no seu apogeu, grande parte da atual Rússia europeia, Cazaquistão, Ucrânia, norte do Uzbequistão, Sibéria Ocidental e parte da Roménia. Impõem um tributo a todos os principados e senhorios da casa de Rurik, que é um tributo humilhante porque implica a deslocação dos principais desta a casa a Sarai Batu para pagar este tributo e para serem investidos do seu poder. Os Khans exerciam a suserania na Rússia. Assim, podemos dizer que a Rússia está fechada a Este e abre-se a Oeste.

No séc. XIII, Alexandre Nevsky (c. 1220-1263), príncipe de Vladimir, tem grandes vitórias contra os suecos e contra a ordem dos cavaleiros teutónicos. Só em 1400, é fundado o Principado de Moscovo, pelo seu

filho Daniel. O grão-ducado de Moscovo passa assim a ser a capital da Rússia até aos dias de hoje. Esta nova condição assinala o crescente poderio de Moscovo, que até então seria um burgo insignificante, mas que agora é investido numa nova fase que se abre para a Rússia no séc. XIV.

### Da Rússia de Kiev...a Moscovo

Esta progressiva preeminência de Moscovo como capital da Rússia acentua-se em 1325, como sede da religião. Esta progressiva supremacia de Moscovo encontra-se ligada a uma data chave: 1325, ano em que Moscovo torna-se sede da religião russa, consolidando a autoridade máxima desta capital.

### O alfabeto e a língua. O primeiro Grande Cisma da Cristandade

A questão da Cristianização (séc. IX-XIII), é na Rússia, como é nos restantes países das margens, um instrumento essencial para marcar os fundamentos da nacionalidade russa. No final do séc. X, com a finalidade de cristianizar o mundo eslavo, os discípulos dos missionários bizantinos Cyrille e Método inventam o alfabeto cirílico, derivado do alfabeto grego, que vai por sua vez ajudar à afirmação do cristianismo ortodoxo. É no primeiro Grande Cisma da Cristandade (1054) que o dogma dos ortodoxos se estabelece:

1. **Dogma:** a rutura entre o Oriente e o Ocidente cristãos consuma-se em 1054, no momento da reforma gregoriana – os ortodoxos opõem-se à introdução no Credo do filioque, segundo o qual Espírito procede do Pai e do Filho; para eles, o Espírito procede apenas do Pai. Por outro lado, sendo que o sentido da Reforma Gregoriana é o da centralização papal, recusam reconhecer ao papa um magistério particular.
  2. **Sete sacramentos:** Os ortodoxos admitem os mesmos sete sacramentos que os católicos, nomeadamente, o batismo, confirmação, eucaristia, confissão, casamento, ordem e extrema unção.
  3. **Liturgia:** as celebrações seguem o rito bizantino; tudo é cantado, sem recurso a instrumentos; os fiéis permanecem de pé durante toda a celebração; o sinal da cruz é executado do ombro direito para o esquerdo; comunhão sob as duas espécies (pão e vinho); uma parede coberta de ícones (*iconostase*) separa a nave da Igreja do santuário, e os celebrantes dos fiéis, no espaço comum na Igreja, estão os fiéis e o clero não celebrante; a missa é acompanhada de canto vocal; ao contrário da Igreja Católica, em que a escultura religiosa tem grande destaque e tradução, a Igreja Ortodoxa só admite imagens pintadas.
  4. **Calendário:** a Igreja ortodoxa russa conservou o calendário juliano, que mantém 13 dias de atraso em relação ao calendário gregoriano, adotado no Ocidente – assim, a Natividade é celebrada a 7 de janeiro no calendário juliano, e a 25 de dezembro no calendário gregoriano.
  5. **Hierarquia:** à cabeça das dioceses estão os bispos; à cabeça das províncias eclesiásticas estão as metrópolis; à cabeça das igrejas autocéfalas está o patriarca, mas ele é apenas um entre iguais – o episcopado é colegial. Uma primazia honorífica é reconhecida ao patriarca ecuménico de Constantinopla. Um homem casado pode ser ordenado padre (mas não um viúvo que voltou a casar); já um padre celibatário é necessariamente monge e não pode casar; os bispos são recrutados entre os monges (nunca são casados).
- *Iconostase:* Nas Igrejas Cristãs do Oriente, é uma divisão de madeira ou de pedra, que separa a nave, onde ficam os fiéis do santuário reservado ao clero. A iconóstase é considerada uma porta de entrada para o mundo divino, e é revestida por imagens (ícones). Separação entre o mundo profano e o mundo sagrado.
  - O Batismo é por imersão.
  - Uma devoção ancestral e enraizada: o culto de Maria.
  - A cruz muitas vezes também é distinta, o que demonstra uma tradição bizantina na sua iconografia.

Deste modo, ao contrário dos países escandinavos, que aderem a 100% à Reforma Protestante, a Rússia, completamente ortodoxa, mantém-se à margem deste tumulto religioso.

### Os Russos e o domínio tártaro Kulikovo, 1380

No século XV, a Rússia foi alargando a sua dimensão política e territorial. É a grande vitória de 1380, em Kulikovo, do grão-duque de Moscovo Dimitri IV sobre os Tártaros, que assinala os primórdios do início

deste crescimento, e alcança uma dimensão mítica na história nacional da Rússia; no entanto, o seu domínio mantém-se durante mais um século.

### Ivan III (1440-1505)

Ivan III, grão-duque de Vladimir e de Moscovo, contribui de forma decisiva para cimentar o poder de Moscovo e alargar territorialmente o poder moscovita, bem como reforçar a sua influência política:

- Em 1478 anexa Novgorod, alargando o poder da Rússia até ao Ártico; deporta c. 70 000 pessoas;
- Usando a força, a astúcia e as políticas matrimoniais, consegue ir juntando os principados patrimoniais dos irmãos e outros príncipes (Riazan, Rostov, Iaroslav, Tver, este em 1485, prendendo e mandando assassinar os irmãos);
- Em 1487 toma o khanat de Kazan – poder autocrático;
- Através do jogo de poder, alia-se ao khan de Crimeia contra o khan de Horda de Ouro (já decadente), que esmaga em 1502;
- Denuncia a submissão ao Império Mongol, declarando nos degraus da catedral da Assunção/Dormição (período entre a morte e a assunção da Virgem Maria aos Céus), a independência da Rússia.

A Catedral da Assunção, principal Igreja da Rússia moscovita, foi construída entre 1475-1479, e torna-se assim um “lugar de memória da construção da Rússia” quando Ivan III declara a independência da Rússia nas escadas desta igreja, e foi no seu interior que Ivan IV, *o Terrível*, seria coroado Tsar de todas as Rússias, título que o seu antecessor teria já adotado em 1502. De 1721 em diante foi cenário de coroação dos czares. No ano de 1472 Ivan III adota o título de Tsar = César (configuração de um destino imperial da Rússia: poder autocrático e com um desígnio imperial).

Em 1472, casa-se com a princesa Sofia Paleóloga, que era sobrinha do último imperador Bizantino, que foi morto pelos turcos em 1453. A princesa Bizantina tinha grandes contactos com a cultura italiana. O sentido ideológico do casamento é evidente: ligar os destinos de Moscovo aos Império do Oriente.

### A coroa (*shapka*) bizantina de Vladimir Monómaco

Segundo uma lenda do séc. XV, o imperador bizantino Constantino IV Monomaco teria oferecido a sua coroa ao genro, príncipe Vladimir III. A coroa é na realidade um gorro de pele (zibelina) sobre o qual repousam oito peças de ourivesaria tártara dos séc. XIII-XIV. Na sua origem é um gorro tártaro, a parte de cima foi adaptada para receber uma cruz.

### O Brasão

O brasão de armas da Rússia é quase uma cópia do brasão do Império Bizantino. Grande sentido ideológico: no meio está representado S. Jorge; a águia bicéfala impõe-se como brasão, mas também é o símbolo das ambições deste Tsar. Se quando Constantinopla fora considerada a segunda Roma, sob Ivan III faz-se de Moscovo a 3ª Roma. Em 1650, Moscovo, que está em expansão, conta já com 200 mil habitantes.



O governo de Ivan III é fortemente caracterizado por o **exercício de um poder autocrático**:

- fez desenvolver pelo clero a noção de direito divino;
- sonho imperial: Moscovo como a “Terceira Roma”
- adotou o cerimonial bizantino, que engrandecia o papel do soberano;
- fez executar boiardos (nobres) rebeldes;
- produziu muita legislação, de que se destaca, em 1497, o Suduiebnik, primeiro código de leis russo, compilado por Vladimir Goussev, que acentuava os poderes do soberano;
- exerceu um poder absoluto, decalcado dos modelos romano e bizantino;

- o seu reinado representou uma etapa crucial da unificação russa.

### **Sucessão: Ivan IV**

Ivan III morre em 1505, deixando 4 filhos. Os seus territórios são divididos pelos herdeiros (tendência contrária à Europa), embora o mais velho receba a parte mais importante, a Moscóvia.

O seu sucessor, Ivan IV, que virá a ser conhecido como *o Terrível*, é coroado com 17 anos e segue a política de reforço de Estado que o seu pai, Ivan III, inicia, com deportações em massa dos territórios anexados e a colocação de funcionários fiéis à Coroa nessas anexações (nobreza de funcionários). É Ivan IV que vai fundir a verdadeira grandeza imperial da Rússia – entre a genialidade e a loucura, entre a modernidade e o poder absoluto, vai tomar algumas medidas depois de 1547:

- 1549: reúne uma assembleia de notáveis, fazendo com eles uma inventariação dos grandes problemas a resolver;
- 1550: publica um código de 100 artigos de direito civil e penal;
- 1551: regulamenta a disciplina eclesiástica, expropriando ainda muitos dos bens da Igreja e chamando a si o poder religioso; reorganiza por completo o exercito, contratando técnicos estrangeiros para se dotar de armas de fogo e artilharia; cria uma tropa de elite, os *stretsky*, apenas extinta por Pedro o Grande; criou o governo central, com tarefas distintas bem definidas.

Este apelido de *o Terrível*, significado original de *grozny*, está mais próximo de “inspira terror”, “perigoso”, “formidável” ou “ameaçador, duro, rigoroso, autoritário”, designações frequentemente aplicadas aos príncipes, que deviam ser temidos, embora tenha evoluído para um significado essencialmente negativo.

### **A caminho de um poder absoluto e pessoal**

Repressão impiedosa de qualquer dissidência, revolta ou oposição ao seu poder. Essa política afirmou-se sobretudo a partir de 1560, e teve como alvo preferencial os boiardos, que haviam aproveitado a sua infância para se insurgirem.

Criou a «*opritchina*», uma espécie de “polícia política” (os seus membros eram os *opritchinicky*), fazendo reinar o terror: as grandes famílias foram atacadas, os seus membros mortos e expropriados e os seus bens transferidos para a pequena nobreza de funcionários do Tsar. Gravado num candelabro de prata do século XVII: podem ver-se os atributos dos *opritchinicky*: cavalo preto, capa negra e vassoura, bem como uma cabeça de cão que simbolizava a fidelidade ao czar.



### **Rostos de Ivan *o Terrível*: entre a genialidade e a loucura**

Ivan apresenta, sem dúvida, uma inegável capacidade de governação que se articula na violência, uma compleição de violência que o acompanha desde o início da sua infância. No final do seu reinado, em 1581, num acesso de loucura, chega mesmo a matar o seu filho herdeiro. Matou e mandou matar não só todos os seus opositores como populações inteiras de regiões que se lhes opunham. Já não são apenas deportações em massa, mas também a execução em massa. Os seus vários filhos, dos vários casamentos, foram joguete dos vários clãs que disputavam o poder na Rússia, após a sua morte em 1584.

### **A sucessão e o fim da dinastia dos Rurik**

Sucede-lhe o seu filho Feodor/Teodoro I (1557; Tsar 1584-1598), filho de Ivan IV e de Anastacia Romanov, débil e sem qualidades governativas. Em 1591, o seu meio-irmão, último descendente dos Rurik,

morre aos 9 anos. Suspeitou-se de envenenamento por parte do cunhado de Teodoro I, Boris Godunov, que já na prática governava, e que se coroou czar em 1558, quando Teodoro I morreu.

A Rússia mergulha assim num período conturbado. Em 1598-1613, “O tempo dos tumultos”. Este é um período catastrófico onde se sucedem revoltas, guerra civil, fome. A Rússia que parecia consolidar-se conhece um período de decadência até à ascensão dos Romanov.

Em 1613, Miguel Romanov inicia a segunda e última dinastia da Rússia. Termina o período catastrófico. Ivan *o Terrível* havia lançado uma campanha de expansão em todas as direções - leva a Rússia às dimensões que quase tem hoje. A leste a guerra contra os tártaros eram um êxito. As campanhas para Oeste falham. O maior sucesso foi a conquista da Bacia do Volga, ao conquistar o reino de Kazan (1552) e de Astrakhan (1556). Esta última conquista permite à Rússia o acesso ao mar Cáspio. Estas vitórias têm um impacto imenso na história da Rússia. É para celebrar a vitória sobre o reino Tártaro de Kazan que ele manda erigir a Catedral de São Basílio, no Kremlin.

Vai ter de lidar também com o império Otomano. Em 1570, o Império Otomano alia-se aos tártaros da Crimeia, lançando uma ofensiva sobre a Rússia, chegando mesmo a alcançar o coração russo, Moscovo, saqueando e massacrando milhares de pessoas. Este episódio leva-o a reagir, dotando as fronteiras da Rússia de fortalezas de cariz defensivo a sul – esforço de guerra defensivo. Com os cavaleiros cossacos (homens livres recrutados e ao serviço exclusivo do Czar), Ivan *o Terrível* lança a conquista da Sibéria que viria fazer da Rússia um império multiétnico e multicontinental. Esta conquista da Sibéria também tem os seus heróis – destaca-se o cossaco Yermak, que à cabeça dos cossacos, tomou Kutchum, a capital da Sibéria, em 1582.

### **Ivan o Terrível: Síntese**

1. Conseguiu unificar a Rússia, desde sempre dividida em principados, senhorios e grão-ducados independentes. Com ele o poder do Tsar tornou-se uma realidade, e o poder supremo até 1917.
2. Criou um exército próprio, modernamente apetrechado, força militar decisiva para as suas vitórias e conquistas.
3. Conquistou a Sibéria, fazendo da Rússia um país gigantesco, com uma configuração quase idêntica à que tem hoje.
4. Não permitiu qualquer dissidência no campo religioso, mantendo na Rússia a unidade e a hegemonia absoluta da Igreja Ortodoxa.
5. Procurou alguma abertura, nomeadamente comercial, a Ocidente.

A Rússia permanece no século XVI sobretudo feudal e ligada ao mundo bizantino e oriental.

## **SÍNTESE FINAL**

No início da Época Moderna, a evolução política nas mais importantes monarquias europeias é marcada pela:

- ⇒ Afirmação dos Estados e definição territorial.
- ⇒ Reforço dos poderes do príncipe em detrimento de instâncias representativas e das elites urbanas ou nobiliárquicas.
- ⇒ Políticas de centralização e de reforço dos poderes da coroa, a caminho do absolutismo régio.
- ⇒ A exceção é, como vimos, a Polónia, onde decorre uma indiscutível afirmação política e económica da aristocracia e, em termos de estrutura social, um processo que alguns historiadores consideram a “refeudalização”:

Uma Europa não homogénea:

- a) Um mosaico político muito diversificado, compondo uma realidade política complexa que se prolongará até meados do século XIX: Afirmação das grandes monarquias - Espanha, França, Inglaterra; Os países divididos - Alemanha, Itália.
- b) Centros e periferias: uma Europa que domina, que está no centro e lidera os acontecimentos - políticos, económicos, culturais- e uma «Europa das margens», cujo processo de integração é um processo de longa duração, culminando, já no século XVIII com a “dilatação” da Europa até à Rússia.
- c) Duas potências disputam entre si a supremacia política no início do século XVI: A Espanha de Carlos V (Habsburgo) e a França de Francisco I (Valois). – O seu diferendo tem a Itália como palco e cenário (Guerras de Itália) que terminam com a afirmação da hegemonia espanhola sobre a Europa na 2ª metade do século XVI, sob o reinado de Filipe II.
- d) Esta hegemonia espanhola é, por seu turno, indissociável do outro traço-forte que caracteriza a Europa Moderna, e que decorre: Aventura marítima dos povos ibéricos e da construção dos impérios. A «descompartimentação» do mundo: o império português, o império de Carlos V. “onde o Sol nunca se põe”.
- e) Falar de impérios é também falar, obrigatoriamente, da importância do Império Turco nas suas interações com a história europeia na longa duração, entre os séculos XV e XIX.

No séc. XVI estamos perante um confronto de Impérios: o Espanhol, o português e o Turco.